A quem pertence a memória? A imagem como dispositivo mnemônico: acervo fotográfico digital de uma comunidade de atingidos por barragem na Paraíba

To whom does memory belong? The image as a mnemonic device: digital photographic archive of a community affected by a dam in Paraíba, Brasil

Bernardo Américo Batista Tavares
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, PB, Brasil
bernardoamericobt@gmail.com
https://orcid.org/0009-0001-5520-0945

Lara Santos de Amorim
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, PB, Brasil
amorimlaras@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7321-8540

Recebido em: 30 de junho de 2024
Aceito em: 30 de julho de 2024

Resumo

Este artigo propõe analisar um acervo fotográfico construído e organizado por um projeto extensionista em Antropologia Visual na Universidade Federal da Paraíba entre 2020 a 2022, que deu origem ao trabalho de conclusão de curso do autor concluído em 2023, ambos orientados pela co-autora do artigo. Buscamos suscitar uma reflexão em torno das fotografias, entendendo-as como sendo coisas dotadas de vida, que fazem que, em torno de si, reverbere uma série de ações e eventos a partir do imaginário, dos desejos e intenções de sujeitos sociais. O artigo propõe discutir os conceitos de imagem, memória e arquivo, refletindo como a fotografia pode ser utilizada na pesquisa etnográfica com comunidades de atingidos por barragens, enquanto um dispositivo mnemônico. A investigação realizada apresenta a prática etnográfica como um lugar sensível para pensar os usos e gestões de imagens fotográficas, estimulando o diálogo com as comunidades atingidas e movimentos sociais, refletindo como a imagem pode ser articulada enquanto forma de mobilização social e política de memória.
Palavras chave: Memória, Acervo fotográfico, Atingidos por barragem, Antropologia Visual.

Abstract

This article proposes to analyze a photographic collection built and organized by an extension project in Visual Anthropology at the Federal University of Paraíba between 2020 and 2022, which resulted in the author's undergraduate thesis completed in 2023, both supervised by the co-author of the article. We aim to provoke a reflection on the photographs, understanding them as entities endowed with life, which, in turn, cause a series of actions and events to resonate around them based on the imagination, desires, and intentions of social subjects. The article proposes to discuss the concepts of image, memory, and archive, reflecting on how images can be used in ethnographic research with communities affected by dams as mnemonic devices. The conducted investigation presents ethnographic practice as a sensitive space to think about the uses and management of photographic images, stimulating a dialogue with affected communities and social movements, reflecting on how images can be articulated as a form of social and political mobilization of memory.
Keywords: Memory, Photographic Collection, Dam-Affected Communities, Visual Anthropology.

Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada entre 2020 a 2023, a partir de um projeto extensionista na Universidade Federal da Paraíba/UFPB, que resultou no trabalho de conclusão de curso deste autor, orientado pela professora Dra. Lara Santos de Amorim (UFPB), também autora deste artigo. Ao longo da pesquisa de TCC, utilizamos o conceito de foto-elicitação de Collier[1] para pensar a imagem fotográfica como ferramenta de pesquisa no trabalho etnográfico com comunidades atingidas pela barragem de Acauã, na Paraíba. Tal metodologia de pesquisa com imagens permitiu acesso às memórias individuais e coletivas dos interlocutores, compreendendo que essa prática teórico-metodológica oferece ao processo mnemônico um quadro mais dinâmico e vivo. Desta forma, para além do seu referente, a fotografia foi percebida no contexto da pesquisa como "coisas que pensam", capazes de constituir em si, uma rede de pensamento, sendo compreendida, portanto, enquanto um fenômeno específico e particular (Samain, 2012).

Torna-se importante, desde já, inserir o leitor no contexto geral onde nasce a presente investigação, bem como aquela que resultou no TCC concluído em 2023 (Tavares, 2023). A pesquisa inicia-se em 2020, a partir da participação do então discente no curso de graduação em antropologia na Universidade Federal da Paraíba/Campus IV, em um projeto extensionista na área de Antropologia Visual. Em 2020, o projeto intitulado "O uso da fotoetnografia em uma Plataforma Digital: memórias de um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano" buscou construir e organizar um acervo fotográfico digital produzido pelo projeto de extensão desde sua primeira edição, em 2016 (orientado por diferentes professores da UFPB), a fim de construir uma narrativa etnográfica para as fotografias reunidas no acervo, enfatizando as memórias coletivas dos atingidos por barragem, a partir da formação de categorias analíticas, de forma a conceber o desenho de uma Plataforma Digital que evidenciasse as memórias desses agentes que viveram a experiência de serem atingidos por barragem e serem destituídos de seu território.

Já em sua quinta edição, em 2021, intitulada "Plataforma digital e acervo fotoetnográfico: memória e visibilidade em uma comunidade de atingidos por barragens", o projeto de extensão deu continuidade ao processo de gestão sobre o acervo fotográfico construído na edição anterior, a fim de elaborar o desenho final para a disposição das

[1] John Collier (1973) compreende que o processo de foto-elicitação envolve a apresentação de fotografias aos interlocutores da pesquisa, os quais são convidados a comentar, interpretar e discutir o que vêem nas imagens.

fotografias e dos textos na Plataforma Digital. Tal desenho se constituiu a partir de um novo processo de gestão sobre as fotografias do acervo, considerando desta vez, uma prática etnográfica colaborativa, através do diálogo com moradores da comunidade do Cajá e Pedro Velho na Paraíba, bem como, com as lideranças do Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba (MAB-PB). A partir desses diálogos, realizados por meio do *Google Meet* (portanto de forma remota) com os guardiões da memória das comunidades e do movimento de atingidos por barragem, tornou-se possível a elaboração de uma Plataforma Digital que se empenhou em considerar as múltiplas vozes e referências de vida desse interlocutores. Durante esse processo, que se constituiu em realizar reuniões remotas com os interlocutores, durante as quais estes interagiam com o desenho proposto pelo projeto para a Plataforma, entendemos que o *site* da Plataforma Digital conseguiu elaborar uma linguagem imagética-textual que privilegiou a escuta da memória coletiva dessas pessoas. Ao exibir as fotos que foram recolhidas, ao longo de anos, por diferentes edições do projeto na região, vários diálogos surgiram sobre o momento da construção da barragem e suas consequências. O processo de foto-elicitação, ou seja, as memórias e conversas suscitadas pelas fotografias exibidas sobre a comunidade e o processo de construção da barragem na Plataforma, foi fundamental para a definição do desenho final da narrativa visual da Plataforma, uma vez que quando os/as interlocutores/as lembravam e contavam suas histórias, as memórias coletivas e individuais emergiram em suas narrativas, tornando-os, portanto, verdadeiros guardiões da memória.

É importante esclarecer, no entanto, que o projeto de extensão tomado aqui como referência, e que embasou a elaboração do TCC de Bernardo Tavares, foi realizado durante a Pandemia da Covid-19, durante duas edições, entre 2020 e 2022, o que significou que a pesquisa de campo com as comunidades não podia ser realizada *in loco*, de forma presencial, mas apenas e obrigatoriamente, de forma remota. A solução encontrada para resolver este impedimento foi catalogar um acervo de fotografias que havia sido registrado em campo por três edições anteriores do projeto (2016, 2018 e 2019), mas que acabou formando uma valiosa coleção de fotografias sobre a comunidade do Cajá/PB. Outro esclarecimento necessário diz respeito ao fato de que as edições anteriores do projeto de extensão foram coordenadas por professores que são, até hoje, parceiros do projeto, como é o caso da professora Maristela Andrade (UFPB/Campus 1), e do professor João Mendonça (UFPB/Campus IV), ambos professores do PPGA/UFPB.

Neste sentido, durante a pandemia, a segunda edição do projeto extensionista desenvolvido em 2021, investiu na análise das fotografias junto aos interlocutores a partir do

processo de foto-elicitação, que foi realizado por meio da plataforma de comunicação digital, *google meet*, resultando em materiais audiovisuais gravados de forma remota, e que foram transcritos e analisados ao longo da pesquisa empenhada para o trabalho de conclusão de curso deste pesquisador.

A partir da análise deste material gravado e transcrito, foi possível verificar novas perguntas e reflexões sobre os processos de recepção e construção de sentidos das fotografias realizados com os interlocutores via *google meet*. Este processo de análise das coleções imagéticas coletadas durante o projeto de extensão em 2020 e 2021, a partir das narrativas orais dos interlocutores da pesquisa coletadas durante a experiência de foto-elicitação, resultou em três coleções imagéticas específicas, quais sejam: a) Antiga Cajá; b) Antiga Cajá Alagada e c) Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba.

Durante as investigações estabelecidas para o Trabalho de Conclusão de Curso, outra coleção fotográfica foi localizada no *facebook*[2] tendo sido organizada de forma diferente das coleções anteriores, desta vez recolhendo memórias sobre a comunidade de Pedro Velho/PB. Neste caso, entretanto, não foi possível estabelecer o mesmo diálogo polifônico com os interlocutores tal como ocorreu durante o projeto extensionista, mas as categorias utilizadas nas três coleções anteriores foram adaptadas para a formação da Coleção fotográfica de Pedro Velho. Tendo assim sido formada uma quarta coleção fotográfica denominada Antiga Pedro Velho.

Durante o processo de análise das narrativas orais dos interlocutores e das fotografias destas coleções, foi possível compreender aspectos que articulam uma fotografia de uma coleção, em relação à uma fotografia pertencente à outra coleção, formando redes de informações sobre os interlocutores, ativando memórias individuais e coletivas da comunidade de atingidos, revelando uma experiência coletiva comum entre as diferentes comunidades atingidas por um mesmo empreendimento. Para isso, partiu-se dos diálogos e interlocuções realizadas ao longo de 2021 e 2022, junto aos moradores e lideranças das comunidades do Cajá e Pedro Velho (P.B.), contando também com a colaboração de

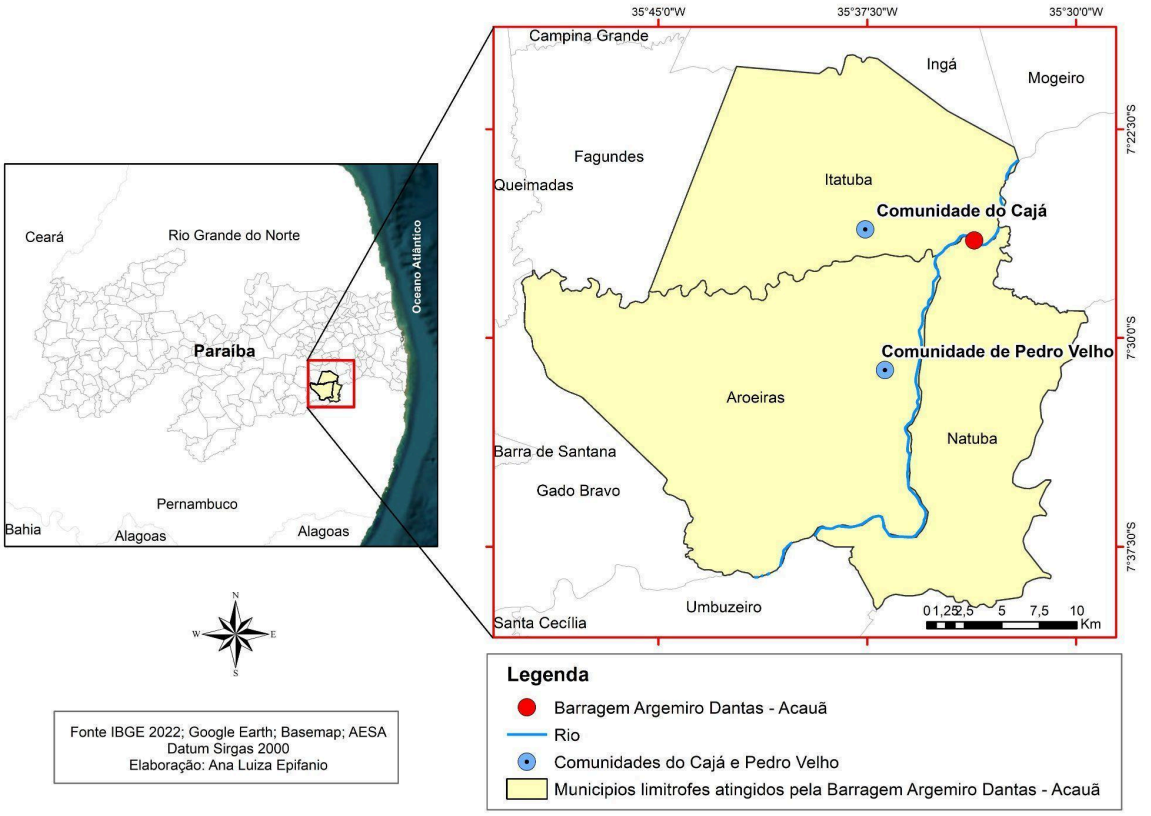
[2] A partir de alguns relatos transcritos durante o exercício de fotoelicitação sobre uma das coleções/conjuntos fotográficos (antiga Cajá), foi possível a localização de uma outra coleção que diz respeito à comunidade de Pedro Velho. A partir de uma informação dada pelo interlocutor Osvaldo Bernardo, foi realizada uma pesquisa de dados pela internet, a partir de uma pesquisa multi-situada em espaços cibernéticos, no facebook pessoal de um dos interlocutores da pesquisa. Foi possível, assim, constituir um primeiro conjunto bruto de duzentas e noventa e duas (292) fotografias da antiga disposição geográfica-territorial da comunidade de Pedro Velho, que foram organizadas e catalogadas pelo pesquisador durante a pesquisa de TCC.

integrantes do Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba (MAB-PB), destacando-se nesse processo, Osvaldo Bernardo, Aline Sabino e Marcos Araújo.

Este artigo busca refletir sobre a fotografia enquanto um dispositivo mnemônico, ao discutir os conceitos de imagem, memória e arquivo, considerando que a imagem pode ser utilizada na pesquisa etnográfica enquanto ferramenta de acesso às memórias dos interlocutores. As investigações teóricas centram-se em compreender os conceitos referidos, refletindo sobre os usos, riscos e possibilidades de análises de coleções e acervos imagéticos na pesquisa etnográfica. Para além disso, buscamos, a partir do contexto etnográfico da pesquisa que vem sendo realizada desde 2020, evidenciar as trajetórias e ações realizadas pelo Projeto Extensionista, bem como os avanços e desdobramentos da pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso do autor (Tavares, 2023). Nesse sentido, dedicamos esforços à discussão sobre as implicações e possibilidades teórico-metodológicas do trabalho com imagem e memória na antropologia. Refletindo, assim, sobre o estatuto da imagem fotográfica e suas possibilidades teórico-metodológicas na pesquisa etnográfica com a memória.

1. Comunidade do Cajá, Pedro Velho e Movimento Atingidos por Barragem na Paraíba

As comunidades do Cajá e Pedro Velho se localizam na região semiárida do Estado da Paraíba, fazendo parte respectivamente dos municípios de Itatuba e Aroeiras, ambas comunidades atingidas por um empreendimento de construção de uma barragem para captação e distribuição de águas para outros municípios e centros urbanos do Estado.



Mapa I: Mapa de localização das comunidades do Cajá e Pedro Velho e da Barragem Argemiro Dantas (Acauã), bem como das regiões limítrofes atingidas pela barragem.

A Barragem Argemiro Dantas, popularmente conhecida como barragem de Acauã, atingiu cerca de 900 famílias e em média 5.000 moradores de comunidades ribeirinhas que viviam às margens do Rio Paraíba, sendo elas situadas entre os municípios de Aroeiras-PB, Itatuba-PB e Natuba-PB. A priori, a construção da barragem visava captação e redistribuição de água para municípios como Campina Grande - PB. No entanto, a construção se constituiu através de diversas violações de direitos humanos cometidos contra famílias e moradores das comunidades ribeirinhas da região.

A construção da barragem começou em 1999 e terminou em 2002, ocorrendo na região limítrofe dos municípios de Aroeiras-PB, Itatuba-PB e Natuba-PB. De acordo com o laudo técnico solicitado pelo Ministério Público (2008), a barragem, diferentemente da maior parte das barragens com o mesmo porte, não foi construída para geração de energia, mas sim para o abastecimento de água para os municípios de Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel do Taipu, Aroeiras e Fagundes, assim como, para reforçar a disponibilidade hídrica para os municípios de Campina Grande, Boqueirão, Queimadas e Caturité. Além disso, interesses econômicos secundários teriam influenciado a construção da barragem na região, conforme aponta o laudo técnico:

> (...)havia atividades de irrigação no Baixo Vale do Paraíba bem como em algumas áreas do Rio Paraibinha, afluente do Paraíba, além da criação de um 'polo pesqueiro' e a regularização da vazão a montante da barragem, que contribuiria para contenção definitiva das enchentes nas cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, São Miguel de Taipu, Cruz do Espírito Santo e Cabedelo" (Oliveira et al. *apud* Santos, 2008, Laudo Técnico 361/2018, P.7).

Conforme destaca Oliveira, F. G.; Sousa, A. M.; Barros Junior, G. e Nascimento, M. F. à respeito da construção da barragem:

> As medidas mitigadoras, inclusive as previstas no Estudo de Impacto Ambiental, não foram implementadas. O Governo do Estado ignorou completamente a necessidade de a população desenvolver atividades produtivas e a re-assentou em conjuntos habitacionais rurais, o que é um contra-senso, uma vez que não faz sentido criar conjunto habitacional no meio rural sem que a ele esteja associado à áreas de produção.(2005, p.2)

Nesse contexto, a barragem provocou a destruição territorial de sete comunidades entre as regiões de Itatuba, Natuba e Aroeiras, localizadas no estado da Paraíba, sendo elas: Melancia, Cajá, Ilha Grande, Pedro Velho, Cafundó, Costa e Água Peba, realocadas para uma região semiárida que não oferecia as mesmas condições que o território ribeirinho de origem. Enquanto que no antigo território os povoados camponeses subsistiam a partir das produções agrícolas, da pesca e a criação de animais, a nova disposição com dimensões geográficas reduzidas não ofereceu as mesmas condições para as práticas da produção tradicional e cultural das comunidades.

Conforme pontuado anteriormente, o governo do Estado realocou as comunidades para novos conjuntos habitacionais, o que não faria sentido para regiões rurais que não possuíssem a mesma dinâmica econômica e produtiva dos centros urbanos (Oliveira, F. G.; *et al,* 2005). Ademais, os conjuntos habitacionais para os quais as comunidades foram realocadas pelo governo do Estado não ofereciam sequer infraestrutura suficiente para as famílias atingidas, como destaca Osvaldo Bernardo, antigo morador da comunidade de Pedro

Velho, e coordenador do Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba (MAB-PB), durante um dos nossos encontros/diálogos sobre esse momento histórico:

> (...) foi feita essa, eles chamam de "agrovila", as casas de placa. Só que as casas de placa, o Estado nem sequer entregou a chave a ninguém, quando a água chegou porque, o que acontece, as casas foram feitas, só que para onde as famílias iam ser realocadas não tinha adutora, não tinha energia elétrica para todo mundo, não tinha infraestrutura nenhuma, então as famílias preferiram ficar às margens do rio, que tinha água, que tinha onde você criar, tinha onde plantar, então vamo ficar por aqui, porque o Estado não deu as condições.

Neste sentido, o processo de desapropriação e deslocamento das comunidades atingidas pela Barragem de Acauã ocorreu a partir de múltiplas violações de direitos humanos, conforme foi destacado nas denúncias apontadas pelo MAB no relatório da Comissão Especial "Atingidos por barragem", realizada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que lista as seguintes denúncias das comunidades atingidas por Acauã:

> - déficit habitacional de 240 moradias em relação à quantidade de famílias deslocadas;
> - escolas inexistentes ou com funcionamento precário;
> - merenda escolar precária;
> - posto médico inexistente ou com funcionamento precário;
> - assistência médica ruim;
> - inexistência de área para desenvolvimento da agricultura e pecuária;
> - 121 famílias sem rede de energia elétrica;
> - três comunidades sem rede de telefonia (252 famílias);
> - segurança pública inexistente;
> - 471 famílias excluídas de qualquer programa social;
> - vias de acesso precárias; transporte público precário e sem atendimento regular;
> - água: captação inexistente (para 61 famílias), existente mas sem funcionamento (para 450 famílias) e existente e sem tratamento (para 150 famílias). (RELATÓRIO CDDPH, 2008, p. 59).

Assim, como pontua o mesmo relatório, no caso da Barragem de Acauã:

> [...]houve e permanece uma frontal violação ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, que reconhece "o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si própria e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida" (art. 11). Podemos afirmar também que o Estado não tem tomado as medidas eficientes para garantir estes direitos, contrariando o PIDESC. (RELATÓRIO CDDPH, 2008, p. 61)

É a partir do contexto desses grandes projetos e de intensas violações de direitos humanos, que surgem a organização e mobilização de movimentos sociais que buscam denunciar os efeitos e crimes cometidos pelo Estado, o qual sob a justificativa de um "desenvolvimentismo econômico e social", subtrai das populações tradicionais, rurais e ribeirinhas seus direitos fundamentais. Portanto, esses movimentos surgem como uma resposta autônoma das milhares de famílias, que a partir de uma experiência comum, formam uma unidade de enfrentamento e resistência. Desta forma, o movimento de atingidos por barragem (MAB):

> (...) teve início por volta do final da década de 1970 na região do alto Uruguai RS/SC devido aos prejuízos das grandes construções de empreendimentos hidrelétricos, objetivando a produção de energia elétrica para os centros urbanos em detrimento das diversas comunidades ribeirinhas e seus direitos serem violados" (Reis, apud Barbosa, 2017, p. 47).

O MAB nasce como resposta à violação dos direitos de diversas comunidades ribeirinhas, resultado de um empreendimento estatal direcionado aos centros urbanos e setores produtivos, ignorando as mudanças e alterações socioculturais e econômicas que geraram a construção da barragem, e posteriormente agindo com negligência em relação às condições de vida destas famílias.

Deste modo, o MAB constitui-se enquanto uma organização regional e local que se desenvolveu a partir das repercussões e impactos causados pela construção de grandes projetos de barragens. Emergiu como uma resposta coletiva e organizada das comunidades afetadas, buscando reivindicar seus direitos e exigir compensações adequadas aos danos causados por esse tipo de empreendimento, bem como dar visibilidade aos processos de violações de direitos humanos causados pelo Estado.

Como destaca Santos (2015), o conceito de "atingido", para além de ser utilizado nos contextos políticos enquanto forma de afirmação de direitos e denúncia das violações de direitos humanos sofridas, age diretamente para que os processos indenizatórios sejam justos e adequados às violências cometidas contra as comunidades, a partir de suas especificidades próprias. O conceito é também compreendido no interior do movimento, enquanto uma identidade política coletiva dos grupos atingidos, uma vez que esta "(...) identidade se origina na resistência coletiva ante uma opressão estruturada historicamente que seria insuportável se individualizada." (Santos, 2015, p. 122).

A partir das múltiplas experiências específicas e singulares relacionadas a cada comunidade e família atingida, forma-se uma identidade coletiva através da qual uma experiência de violência compartilhada entre todos, de forma a dar luz e visibilidade à esses processos, partindo da organização popular para reaver seus direitos e lutar por uma transformação social e política da sociedade. Nesse direcionamento, de modo a tornar claro como se construiu o empreendimento colaborativo da presente pesquisa, torna-se fundamental para a compressão e visibilização desses processos políticos e sociais, recorrer às fotografias como fontes de memórias, sentimentos, afetos e resistências. Entendendo-as como documentos e testemunhos de uma violação de direitos humanos por parte das comunidades pesquisadas.

Neste contexto, o diálogo estabelecido entre o projeto extensionista e o Movimento de Atingidos por Barragem ocorreu durante a edição do projeto em 2021, o qual foi estabelecido por intermédio do pesquisador e integrante da comunidade Givanilton Barbosa, que também foi bolsista da pesquisa extensionista. Em função da pandemia ainda vigente, por consequência do Covid-19, o projeto ocorreu de maneira remota, utilizando-se principalmente da plataforma digital *Google Meet* como forma de estabelecer diálogos junto às lideranças de movimentos sociais e moradores da comunidade do Cajá. Os diálogos ocorreram intensamente durante a vigência da edição do projeto, e foram realizados entre uma ou duas vezes por mês, durante todo o curso do projeto.

A partir do mapeamento de interlocutores, foi possível estabelecer inicialmente o diálogo com Osvaldo Bernardo, antigo morador da comunidade de Pedro Velho, graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, e especialista em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Coordenador do Movimento de Atingidos por Barragens na Paraíba (MAB-PB) e interlocutor privilegiado desta pesquisa. No âmbito do projeto, participou ativamente da organização e catalogação da coleção imagética do MAB-PB, bem como da elaboração da Plataforma Digital constituída a partir do projeto extensionista.

Por intermédio de Osvaldo Bernardo também foi possível estabelecer uma interlocução com outros dois moradores da comunidade do Cajá. Aline Sabino é uma delas, moradora da comunidade do Cajá e graduanda em História na Universidade Federal de Campina Grande/PB. Atualmente ela está articulada ao Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba e participou ativamente da organização e catalogação da coleção imagética da comunidade do Cajá. O segundo é Marcos Araújo, morador da comunidade do Cajá, em Itatuba-PB. Fotógrafo local, registrou as imagens fotográficas que fazem parte da coleção da comunidade do Cajá. Também participou como colaborador e interlocutor do projeto extensionista.

A partir da ativa colaboração e interlocução realizada pelo projeto extensionista com integrantes do MAB/PB, foi possível constituir uma prática arquivística colaborativa que se propôs a conceber um acervo imagético capaz de dialogar com os sujeitos históricos, valorizando suas memórias e experiências coletivas enquanto atingidos. A Plataforma procurou dar visibilidade aos processos de perdas e violência cometidos contra centenas de famílias ribeirinhas atingidas por Acauã.

Portanto, a partir da análise de documentos e relatórios institucionais, procuramos expor os contextos e processos de violências impostas às comunidades atingidas pela

barragem de Acauã, entendendo como a construção da barragem alterou drasticamente a realidade sociocultural e econômica das comunidades ribeirinhas, violando direitos humanos de centenas de famílias e milhares de pessoas e construindo uma rede de resistência, representada principalmente pelo MAB/PB.

2- Memórias visuais de atingidos por barragens

A análise etnográfica dos depoimentos e conversas com os interlocutores da pesquisa, expõe, por sua vez, como esses processos são experienciados pelos sujeitos históricos da memória. Destacando-se que a interlocução com a comunidade de atingidos ocorre sobretudo a partir de uma relação visual do interlocutor com a imagem fotográfica, ou seja, a partir do uso metodológico da foto-elicitação (Collier, 1973). As falas dos/as interlocutores/as evocam, portanto, as próprias imagens, bem como outras imagens e narrativas que vão sendo articuladas pelo imaginário (coletivo e individual) de cada um. Vejamos, portanto, a dinâmica das conversas ocorridas a partir do método da foto-elicitação, a seguir:

Entrevista/conversa com Osvaldo Bernardo, em 27/10/2021 via Google Meet:

> **“Vocês observem aí, as casas de alvenaria como eram casas boas, havia espaço para você criar (animais), pra você plantar. E fizeram uma favela rural. É só você olhar essas fotos aqui e as fotos da agrovila (assentamento) para ver a diferença, como a terra era fértil”. (Osvaldo Bernardo, 27/10/2021).**

Imagem 1: Comunidade da antiga Cajá após a construção da barragem, em janeiro de 2004. **Autoria:** Marcos Araújo. **Coleção:** Antiga Cajá.

Imagem 2: Atual assentamento da comunidade do Cajá. À direita, a igreja de Deus no Brasil, seguida de casas de placa modelo padrão (casas de placa pré-moldadas). **Coleção**: Reassentamento da Comunidade do Cajá. (2019)

Ao se referir às fotografias acima, a primeira dizendo respeito ao antigo território alagado, e a segunda, à nova disposição territorial para a qual a comunidade do Cajá foi realocada, Osvaldo Bernardo também faz referência às outras fotografias da coleção Antiga Cajá, articulando narrativas entre as fotografias, de forma a compreendê-las em sua dimensão

documental. Percebemos, assim, que as fotografias são percebidas em um sentido político, enquanto prova e testemunho de violação de direitos humanos (Di Pietro, 2016). Neste sentido, entendemos que fotografias revelam experiências e podem ser entendidas como agentes mediadores e condutores das memórias dos interlocutores, à exemplo da fotografia a seguir:

Imagem 3: Antiga Comunidade do Cajá sendo alagada e algumas pessoas tirando seus pertences e se mudando às pressas. No centro da imagem, avistamos os três principais equipamentos da comunidade, da direita para a esquerda, uma pequena casa branca, a Telpa (antiga empresa de telecomunicações do Estado da Paraíba), a lavanderia, a Escola estadual e algumas residências dos moradores. **Autoria:** Marcos Araujo (fotógrafo). **Coleção:** Antiga Cajá.

A partir da análise da fotografia 3, exibida durante a entrevista via *google meet*, Marcos Araujo, fotógrafo da comunidade do Cajá, revela relatos à respeito de como se deu a construção da barragem de Acauã, e a comunicação entre o Governo do Estado e as populações ribeirinhas:

> **É porque o boato que corria na região, era que essa barragem ia passar anos pra encher né, aí ninguém esperava essa proporção de água nesse curto espaço de tempo né. Foi muito rápido, realmente foi muito rápido, pelo que o pessoal falava que ia demorar, foi muito rápido. (Marcos Araujo, 27/10/2021)**

Em seguida, Marcos Araújo comenta a respeito do diálogo estabelecido durante o processo, entre o Estado e as famílias que habitavam a beira do rio:

> **Não, assim, comunicado mesmo que a barragem ia encher, quando ia encher, comunicado mesmo eu não lembro da gente ter recebido nenhum comunicado desse tipo né, só como eu tô falando, era o que a gente visualizava né. (Marcos Araújo, 27/10/2021)**

Nesse sentido, como destacado a partir dos relatos do interlocutor, percebemos que a maioria das famílias e moradores não tinha noção da proporção da obra, e da rapidez com a

qual a barragem iria "sangrar", submergindo as comunidades. Portanto, face a falta de diálogo entre a esfera do poder público e a população durante a construção da barragem, bem como a falta de infraestrutura do reassentamento oferecido às famílias, que não possuía adutora, energia e espaço de produção agrícola, muitas famílias preferiram continuar em suas casas do que ir para um reassentamento que sequer oferecia condições mínimas de subsistência.

Nesse mesmo diálogo, Osvaldo Bernardo, líder do movimento de atingidos por barragens na Paraíba (MAB/PB), destaca a omissão do estado brasileiro para com as comunidades:

> **Eles diziam que essa barragem pra encher levaria 20 anos, e nem sequer começaram a pagar as famílias ainda. Nesse período, não queriam pagar ninguém não, tava lá as casas de placas, sem discutir com ninguém, pegaram o povo e jogaram. Muitas famílias não receberam o documento da casa, muitos até hoje não receberam o documento dessas casas, quase 20 anos sem receber um documento de uma porcaria de uma casa dessa de placa. E quando essas casas estavam prontas, inacabadas, as pessoas, quando a água chegou, o povo ocupou as casas, sem receber documento de ninguém, então quem chegou primeiro ocupou, quem não chegou ficou jogado, porque teve parte de pessoas que recebeu um pouquinho de dinheiro, outros ficaram jogados. (Osvaldo Bernardo, 27/10/2021)**

Além das comunidades que foram atingidas, observamos que não ocorreu sequer um diálogo bilateral a partir da iniciativa do estado, nem sequer um planejamento estrutural da nova disposição geográfica-territorial para a qual a comunidade iria ser realocada. Ocorreu também, segundo registros, que uma das comunidades atingidas pela Barragem Argemiro Dantas, a comunidade de Água Paba, sequer estava prevista de ser alagada no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), uma vez que houve uma "(...) imprecisão dos levantamentos técnicos e físicos realizados pelos órgãos competentes, que não definiram exatamente toda a área que seria coberta pelas águas, quando o lago atingisse 100% de sua capacidade." (Ribeiro, 2015, p. 14).

Cabe destacar, que embora a obra tenha sido iniciada em 1999, o EIA/RIMA só foi realizado nos anos 2000, o que deixa claro uma total despreocupação e negligência por parte do governo do Estado com os impactos ambientais, socioculturais e econômicos que a construção da barragem iria acarretar à milhares de moradores e famílias que habitavam às regiões ribeirinhas.

Conforme os relatos das experiências dos interlocutores da pesquisa, não ocorreu nenhuma medida para mitigar os problemas que iriam ser causados pela barragem para as famílias atingidas, além disso, tanto a imprensa paraibana, como os próprios representantes do Estado, ora não revelaram o real impacto, centrando-se em um suposto benefício

econômico da construção da barragem, ora colocaram as populações ribeirinhas como culpadas e/ou "teimosas" devido a permanência no território, em razão das "agrovilas", reassentamento construídos para as famílias atingidas não oferecerem condições e infraestruturas mínimas para moradia.

Como pontuado anteriormente, os reassentamentos chamados pelo governo do Estado de "agrovilas" não possuíam infraestruturas mínimas para o pleno estabelecimento das famílias, tal como acesso a água potável, energia elétrica e espaço para produção agrícola e além disso, o novo espaço, diferentemente do território ribeirinho de origem, também não oferecia equipamentos públicos básicos, como: escola, posto de saúde, cemitério e creche.

Portanto, existe aqui um movimento instigante, uma vez que a fotografia não está/foi pensada enquanto um gatilho ou provocadora da expressão oral, que serviria apenas como um artifício metodológico que evoca a fala. Entretanto, a imagem é pensada como ponto condutor, é a partir dela, de suas memórias, de suas ruínas, de seus silêncios e de seus afetos que guia-se o empreendimento desta investigação, como destaca Bruno (2010):

> As imagens passam... como fluxos... como pensamentos... como explosões de significações. As imagens fazem pensar e são "formas que pensam". No labirinto – da imagem e da memória – entramos, então, com o propósito de ter apresentado uma metodologia estética (antropológica) para cinco histórias de vida. E de dentro dos quadros deste labirinto garantimos estarmos ainda no começo de um desvendamento mais expressivo de singulares histórias de vida, não enclausuradas somente de palavras, mas embrenhadas na prioridade heurística do pensamento das imagens, signos, figuras, silêncios, contextos e também palavras (p. 44).

Compreendendo essa vida da imagem, em sua dinâmica viva, recorro às imagens como constituintes vivas de um passado, que oferece a aquele que compartilha seus segredos e memórias um tipo de processo vivo de reconstrução do passado. As imagens evocadas deste passado se localizam no barro que se aloja nas entranhas e ruínas de um rio submerso. Assim, histórias que não foram contadas por uma memória oficial do estado brasileiro, a partir da fotografia e dos guardiões dessas memórias, revelam-se em lugares imagéticos, localizadas em um passado, nas trajetórias, e nas violências impostas, e também nas resistências de milhares de famílias atingidas.

Nesse sentido, a partir do que foi exposto, podemos compreender uma primeira dimensão das memórias visuais dos atingidos, em uma perspectiva mais ampla, considerando o contexto político de luta e denúncia das violações de direitos humanos pela organização popular do Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba (MAB-PB). Entendemos que estas memórias atuam no sentido político-documental, a partir do protagonismo de Osvaldo Bernardo, quando este recorre à imagens que articulam, sobretudo, a história do Movimento

de Atingidos por Barragem na Paraíba, e os processos de luta e resistência política dos atingidos, em sua organização popular e ação revolucionária.

Imagem 4 e 5: Casa do comerciante e ex -vereador do Cajá, Biu de Taurino (Severino Gonçalves). Este saiu às pressas, expulso pelas águas. Nas imagens avistamos algumas pessoas acenando de cima do telhado da casa e depois tirando o telhado e a madeira da casa para reaproveitar. Fotógrafo: Marcos Araujo. Coleção: Antiga Cajá.

Estas fotografias também trazem à tona narrativas sobre o processo de alagamento da comunidade, que ocorreu quando a barragem sangrou em 2004, pegando as famílias da comunidade do Cajá de surpresa, pois por falta de infraestrutura pública nos reassentamentos, muitas famílias acabaram permanecendo em suas casas que foram alagadas. Como destaca Aline Sabino durante o exercício de foto-elicitação com a fotografia acima (Imagens 4 e 5):

> **Aí eles estavam retirando o telhado e a madeira para reaproveitar, aí acredito que viram o fotógrafo e levantaram os braços pra (pausa pra um riso cômico, encerrando a fala no riso) (...) Esses daí não eram os moradores, essa residência era do ex-vereador da comunidade, aí essas pessoas, acredito que estavam trabalhando pra ele, fazendo esse trabalho pra ele". (Aline Sabino, 27/10/2021)**

Mesmo que destacado a partir destas fotografias específicas acima referidas por Aline, esse mesmo processo reaparece documentado em outras fotografias de uma outra coleção fotográfica localizada em 2023, e organizada durante o empenho da pesquisa de TCC do autor (Tavares, 2023). Trata-se da Coleção *Antiga Pedro Velho* (Imagens 6, 7 e 8, abaixo) que diz respeito à comunidade de Pedro Velho, também atingida pela barragem de Acauã. Esta iconicidade da fotografia (identificada mesmo sem a interlocução com os moradores, mas a partir da análise de referentes que registram o alagamento do território), faz com que se estabeleça entre essas duas coleções, uma rede de memórias coletivas e narrativas capazes de nos guiar em torno da experiência comum de perda entre essas duas comunidades de Cajá e Pedro Velho.

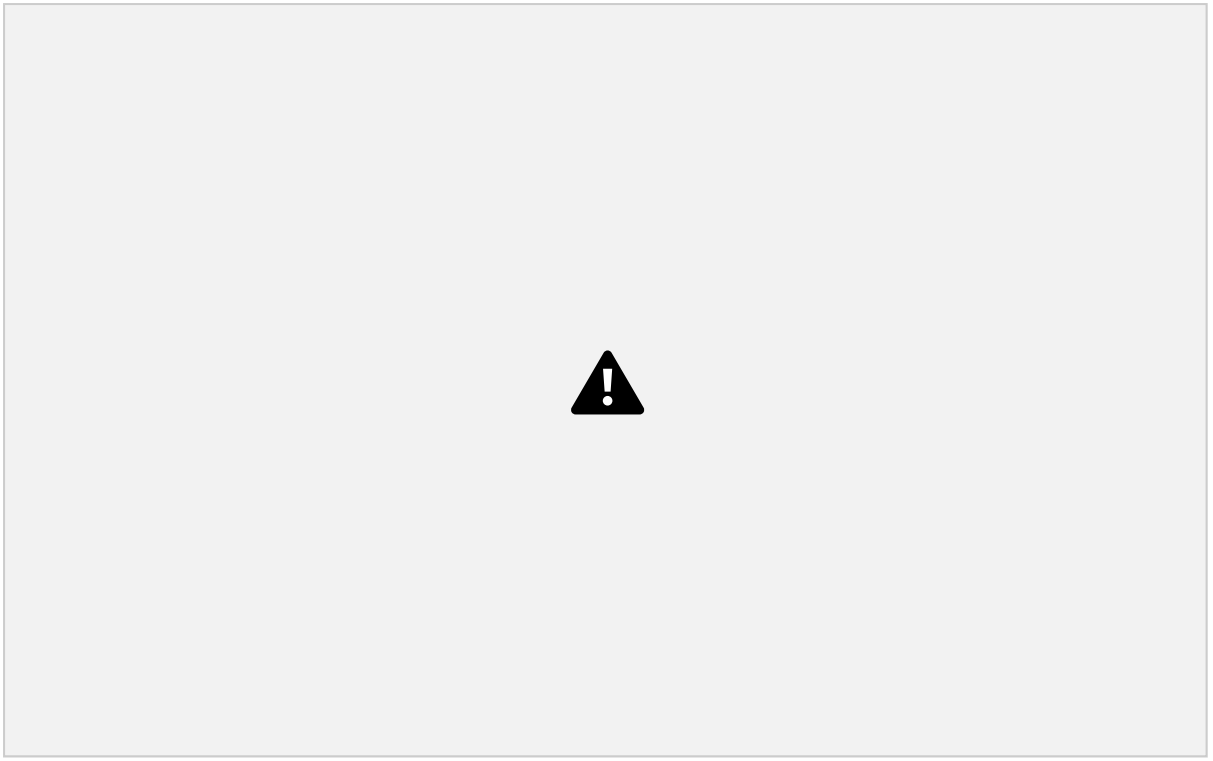


Imagem 06: Moradores da comunidade de Pedro Velho retirando as telhas, móveis e estruturas das casas durante o processo de alagamento territorial. Autoria: Desconhecida. Coleção: Antiga Pedro Velho.

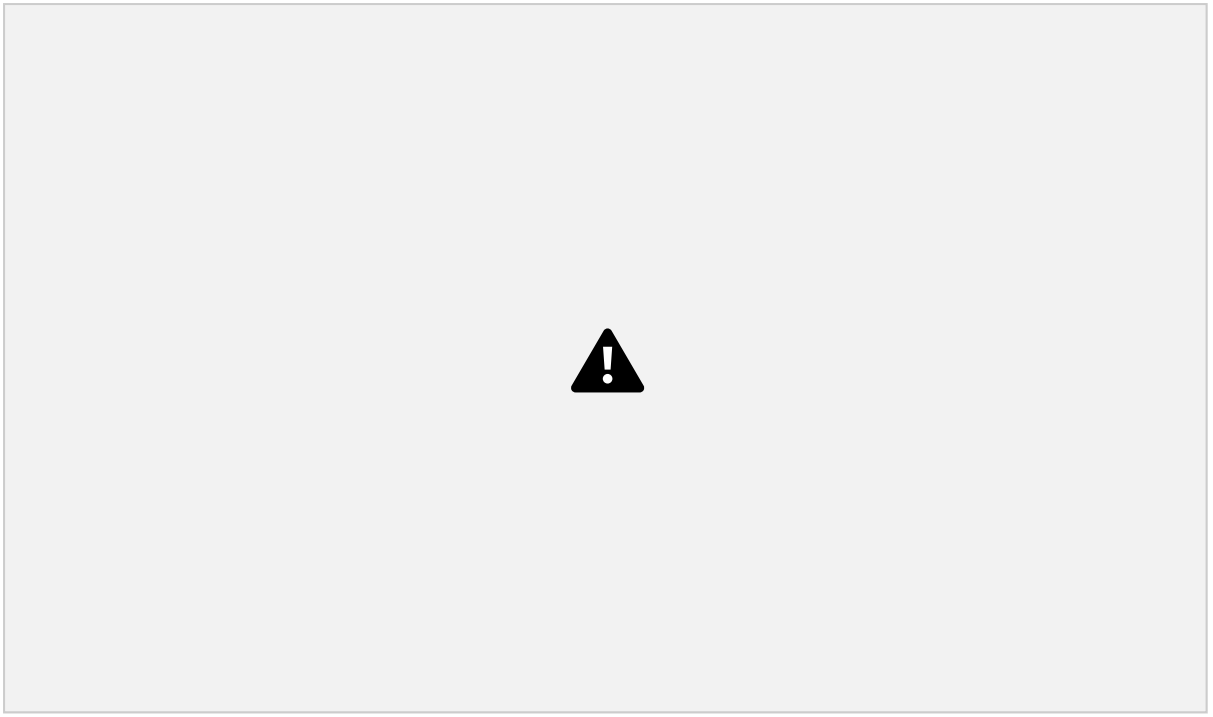


Imagem 07: Casas da comunidade de Pedro Velho sendo alagada. Avista-se uma escada, provavelmente utilizada para a retirada das telhas. Autoria: Desconhecida. Coleção: Antiga Pedro Velho

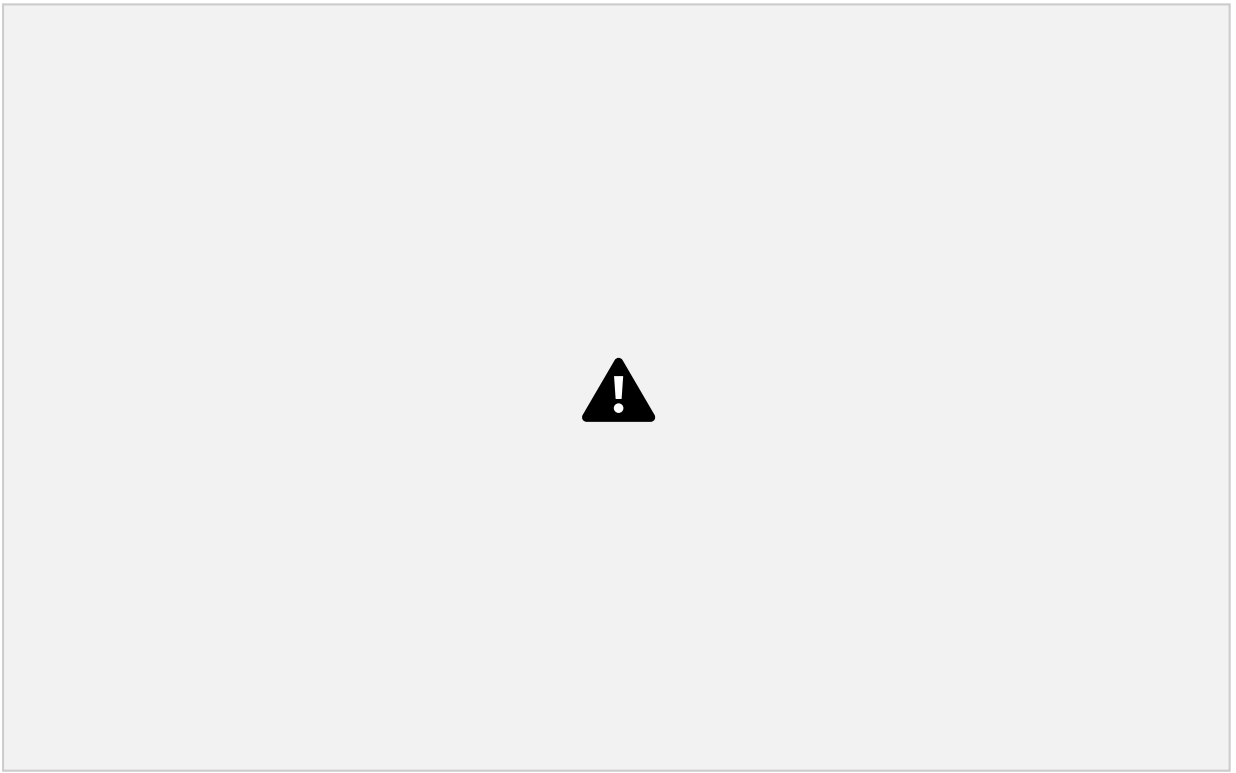


Imagem 08: Comunidade de Pedro Velho durante o processo de alagamento. Avista-se moradores retirando os móveis. Autoria: Desconhecida. Coleção: Antiga Pedro Velho**.**

3. Mal de Imagem: arquivo, imagem e memória

Jacques Derrida (2001) compreende o arquivo em sua natureza paradoxal e dolorosa, revelando como o arquivo é tanto uma fonte de preservação quanto de perda e esquecimento. Os arquivos, neste sentido, não seriam simples depósitos neutros de informações e acúmulo de informações, mas sim construídos e moldados por forças políticas, sociais e culturais. Portanto, o arquivo é essencialmente uma representação do passado, mas ao mesmo tempo é um espaço onde a presença do passado é constantemente redefinida pelo presente.

Ao refletirmos sobre o que seriam esses "arquivos", recorremos ao cenário claśsico descrito por Samain (2012), desse "(...) espaço de cor azul marinho (escuro), frio, abandonado, poeirento, com cheiro de mofo. Com poucas palavras, um lugar mortífero." (Samain, 2012, p. 160). Voltando à Derrida (2001), ao compreender que todo arquivo guarda uma certa relação mórbida e violenta com o passado, uma vez que paralelamente à sua preservação, existe um ato de deixar ou querer esquecer algo, para que outro seja lembrado, assim, ao fundo de cada arquivo existe uma pilha de corpos empilhados, prontos para se levantarem ao som das preces de um ritual de retorno aos mortos (memória).

Lembremos da própria origem etimológica da palavra *memória.* Memória vem do latim *memória* de *memor -óris*, significando reminiscência, lembrança, aquele que se lembra de algo ou de alguém, estando relacionada à palavra *meminisse*, palavra também latina, que vem do verbo *memini,* significa: "[...] Ter presente (no espírito): lembrar-se; recordar-se [...]" (Dicionário Latino-Português/Francisco Torrinha. 7. Edição, 1997), a palavra *meminisse* tem relação com as antigas práticas litúrgicas de orações para os mortos e para os vivos (Nova Fronteira, Dicionário Etimológico, 1982).

Entendendo a memória como esse retorno dos mortos, poderíamos tomar a imagem fotográfica a partir de uma certa relação de liminaridade, já que Turner (1974) irá entender a liminaridade como uma condição ambígua, uma vez que "As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial." (Turner, 1974, p. 117). Portanto, ao lembrar das provocações de Roland Barthes (2018) sobre a natureza da imagem fotográfica, nós a tomamos como uma pulsão de morte, sempre presente, sempre passada, o que ela produz/reproduz é único, só ocorreu naquele instante fragmentando e revelado à luz, "(...) ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente." (Ibid: 14). Nesse sentido, a fotografia "(...) representa esse momento muito sutil em que, para dizer a verdade, não sou nem um sujeito nem um objeto, mas antes um sujeito que se sente tornar-se

objeto: vivo então uma micro experiência da morte (do parêntese): torno-me verdadeiramente espectro." (Ibid: 20)

Assim, a experiência com a imagem coloca o observador em um lugar de assombração, uma vez que, por um lado, a fotografia condena à morte o referente, ao fixar um tempo e um espaço que jamais existirá essencialmente da mesma forma (Barthes, 2018). Por outro, se por liminaridade entende-se uma situação ambígua e transformadora, onde os sujeitos estão em um lugar de suspensão e transição entre seu estado social anterior e o novo (Turner, 1974). A fotografia, nesse quadro, poderia ser entendida como esse lugar de fuga, de transitoriedade, tornando-se ponto de encontro entre o tempo passado e o tempo presente, no qual a memória permanece em um estado de suspensão, tais como os fantasmas à espera dos cânticos e rituais de retornos dos mortos.

Retornando ao problema do arquivo, tentando entendê-lo como essa possibilidade de retorno, de suspensão, de pulsão, Samain (2012) compreende que:

> O arquivo, penso, é uma memória em latência, uma memória que cochila, que, encoberta, poderá ser, amanhã, descoberta, re-aberta. Uma memória, aliás, que nos habita a tal ponto, que se diz de uma pessoa assassinada que ele era um "arquivo vivo". Um arquivo é, na verdade, um pouco como um dicionário, essa coleção de unidades vivas de uma língua, enclausuradas no papel e, no entanto, sempre em movimento, como um balde de minhocas…(p. 160).

O arquivo, mesmo que submetido aos desejos e intenções do operador, guarda esses corpos, essas palavras em seus porões escuros, que mesmo imóveis ou sem força, continuam lá vivendo. Sobre essa natureza particular e paradoxal dos arquivos, como bem nos aponta Derrida (2001), estes não apresentam questões passadas, mas sim futuras, uma vez que constituídas sob o questionamento e respostas às concepções históricas do presente, assim, se apresentam numa relação de rendição, promessa para o futuro. O que essas preocupações/intenções reverberam e agem como entes-vivos no mundo só poderá ser visualizado nesse tempo outro, futuro.

Conforme destaca Myrian Santos (2013), as narrativas históricas que compreendem a organização de acervos, arquivos e coleções, e que portanto, dão corpo (forma) à memória, e sua respectiva transmissão social, nos lembram "daquilo que aconteceu", seja nos museus ou na própria instituição escolar, e daquilo que não conseguimos alcançar, um tempo morto. A autora destaca que esse processo não seria a emergência de uma "verdade absoluta" apresentada pela história, mas sim um "(...) processo de constituição das coleções ocorrido a partir de um processo seletivo e pode se tornar uma arma política para as vítimas de guerras e genocídios, em que o esquecimento estabeleceu sua hegemonia." (Santos, 2013, p. 28)

Entende-se, assim, que o arquivo deve ser pensado a partir de um eixo de tensionamento, não como mera reprodução linear e harmônica do passado, mas como um campo permeado de intenções, interesses e disputas políticas, assim, a "(...) lembrança, contudo, está vinculada àqueles que têm o poder, pois são eles que decidem quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas." (Ibid: 31).

Como destacou também Derrida (2001), a palavra arquivo, do grego *Arkhé*, compreende ao mesmo tempo um duplo-significado, a de começo e a de comando. A palavra articula sob esses dois princípios, duas dimensões, aquela ontológica, o começo, que regressa à um princípio físico e histórico, e a nomológica, o comando, que compreende o princípio da lei "(...) ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada(...)" (Derrida, 2001, p. 11). Nesse sentido:

> (...) o princípio nomológico do comando que delineia os diversos discursos patentes, os quais constituem o arquivo nos seus enunciados ontológicos, numa temporalidade centrada agora no presente atual, mas que se articularia necessariamente com o presente futuro e com o presente passado. Seria, assim, o intérprete, como arconte, quem constituiria o arquivo no registro ontológico. Com isso, este perderia a sua fixidez e suposta estabilidade documental, isto é, a sua pretensa dimensão de fato e de verdade material, para se transformar pela consignação, realizada pelo intérprete, em verdade histórica. (Birman, 2009, p. 116).

Assim, o arquivo não seria um simples depósito neutro e passivo do passado, mas uma construção viva e contínua, que opera sob os processos de seleção, classificação e exclusão. Esse *modus operandi* constrói a maneira como a memória é preservada e representada socialmente a partir das verdades históricas estabelecidas pelos operadores do arquivo, como nos diria Benjamin (1994), aqueles que gozam do triunfo dos vitoriosos/dominadores. Nesse sentido, o que Derrida (2001) vai compreender como uma memória em latência diz respeito à própria prática, que ao mesmo tempo preserva e exclui, silencia. Portanto, os objetos latentes seriam aqueles que foram silenciados, escondidos nos porões do arquivo, em meio às ruínas de um passado nunca ouvido, nunca experienciado, mas que permanece de certa maneira vivo, pulsando, escondido no interior do arquivo, esperando ser redescoberto, reinterpretado e reimaginado em um presente redimido com suas vitimas do passado. (Benjamin, 1994)

Retomando Samain (2012) à luz de Derrida, sobre o qual o próprio autor também faz referência, entendendo o arquivo como essa "memória em latência", encobertas em meios às ruínas provocadas por seus operadores, elas ainda permanecem no interior dos entulhos subterrâneos, pulsando, vivas como um segredo. Pensamos, nesse sentido, que o trabalho em arquivos constitui-se numa certa relação arqueológica, de escavar, descobrir e redescobrir essas memórias, retomá-las à luz do passado lançando para um futuro imaginado no presente.

Como forma de elucidar essas questões relativas à constituição do arquivo a partir da dimensão da imagem, trazemos para o diálogo, um artigo específico escrito por Samain e Bruno (2016). Este consistiu, por um lado, em um movimento da autora de descobrir e explorar um acervo imagético dos indígenas da etnia Kamayurá, produzidos na década de 1970, e por outro, de compreender a produção técnica realizada pelo antropólogo Etienne Samain, bem como as reminiscências, questionamentos e imaginários que emergiram desse esforço de pensar e ler as imagens fotográficas e diários de campo produzidos numa expedição realizadas com os indígenas Kamayurá, no Alto do Xingu entre 1977 e 1978.

Etienne Samain compreende, nesse contexto, essa experiência de rever seus arquivos de pesquisa imagética e documental, produzidas há mais de 30 anos, como:

> (...) uma viagem descompromissada e abandonada ao meu imaginário. Não evidentemente uma viagem que não teria sido feita ou uma aventura na qual procuraria, hoje, fantasmas. Queria, sim, me deixar capturar e cativar por esses movimentos desordenados das imagens. Procurar rever com o recuo do tempo, à distância, sob outro prisma e, talvez, outros ângulos o que não podia ou não tinha conseguido entrever na época. Deixar o estranhamento me habitar novamente. Minha aventura dispensava todo pré-texto. (Samain; Bruno, 2016, p. 9).

A partir dessa experiência/movimento com as imagens fotográficas, foi possível pensar, como observou Fabiana Bruno, que o arquivo guardado na biblioteca do pesquisador e professor mantinha uma vida, em um certo momento ele falava com ela, não em um sentido verbal, mas em uma comunicação visual específica, a qual sequer inicialmente conseguia digerir em palavras (escrita), mas que se mostravam como uma possibilidade para a compreensão/leitura não de:

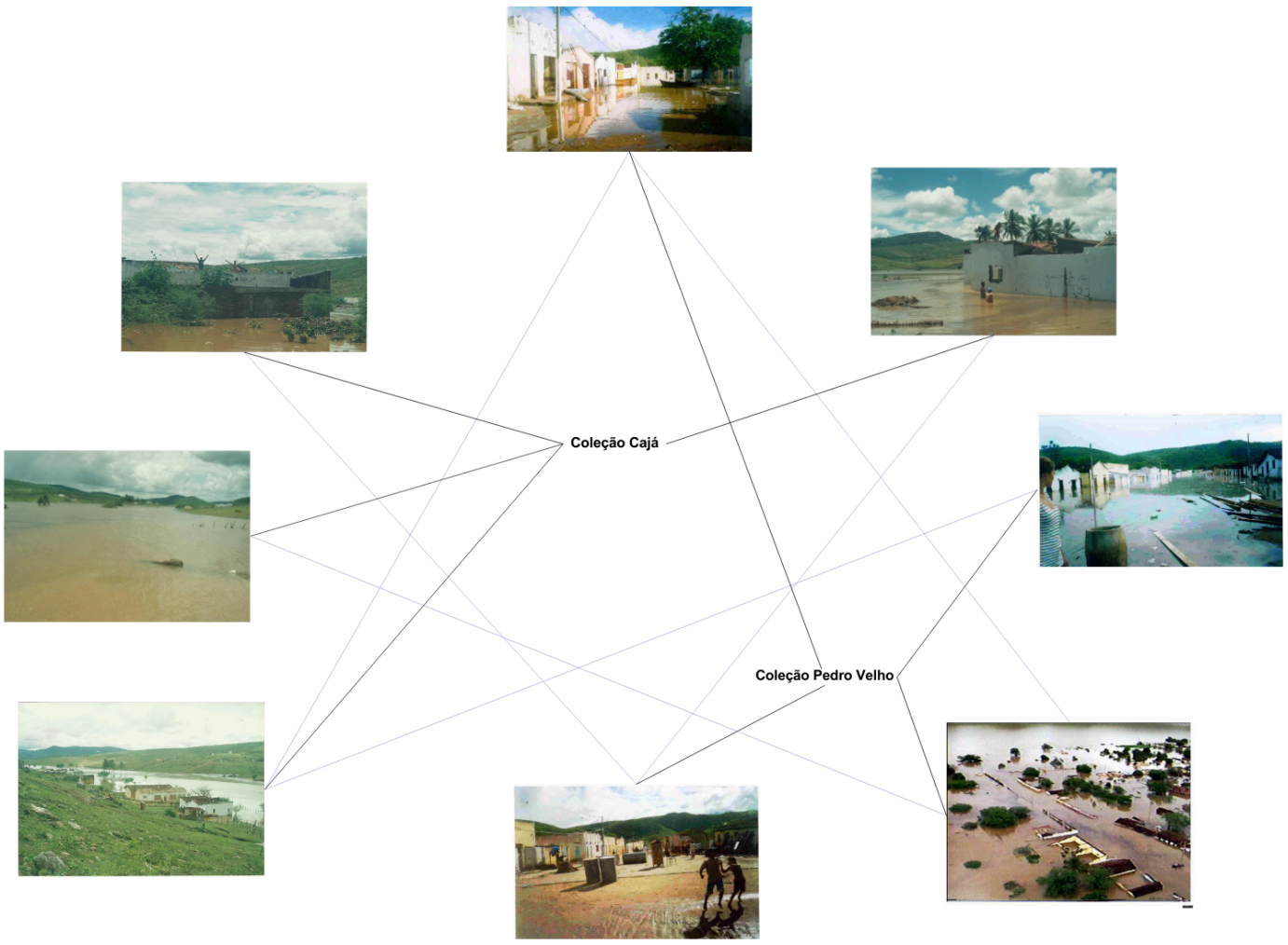
> (...) um índio romântico, selvagem ou exótico, mas cenas de uma convivência quase íntima, pequenos flagrantes ou cenas partilhadas, que revelam um modo de vida naturalmente integrado ao seu espaço cotidiano. As imagens eram também uma documentação, uma memória, uma revelação. (Ibid:6).

A imagem é, neste sentido, tomada enquanto uma documentação, mas também como uma memória e revelação (Bruno; Samain, 2016). Etienne Samain e Fabiana Bruno enfatizam que não se trata "(...) apenas de "pensar sobre um arquivo", mas "fazer pensar um arquivo" de imagens. Aceitam o desafio de efetivamente criar mecanismos originais de trabalho com as imagens na direção de uma anamnese de sua própria experiência visual."(Ibid:23). Portanto, deve-se ter o arquivo não como um depositário, e sim como uma coisa viva que faz pensar em torno dele, deslocando o observador para um processo de interpretar e interrogar o que esse arquivo-vivo grita, voltando-se à um processo de saber olhar e o de saber escutar estes arquivos, essas imagens.

Nesse sentido, deveríamos compreender os arquivos como esses entes-vivos, não como um mero depositário mórbido, mas como uma possibilidade dinâmica. Como forma de elucidar esses tensionamentos, em relação à questão que foi pontuada durante a primeira parte deste artigo, podemos abordar o exercício de foto-elicitação com a coleção imagética da comunidade do Cajá. Neste caso, foi possível estabelecer uma teia de comunicação visual específica, na qual as fotografias, mesmo se tratando de comunidades diferentes que foram atingidas pela mesma barragem, expressam uma unidade de experiência comum de deslocamento subjetivo. Portanto, uma imagem articula-se à outra, mesmo que produzidas sobre intencionalidades, sensibilidades e autorias específicas e singulares, as fotografias não existem isoladas em si mesmas, mas fazem parte de uma unidade de experiência compartilhada, um sistema de pensamentos coletivos.

A partir de uma ação de organização e elicitação com as coleções fotográficas em questão, e partindo principalmente do olhar subjetivo do pesquisador sobre duas coleções que ao mesmo tempo provocam e evocam espaços e tempos específicos, mas capazes de provocar também uma rede, um pensamento multifacetado que se revela numa experiência comum dos atingidos por Acauã. Em torno dessas diferentes coleções se constituem passagens, redes e linhas neurais que fazem com que, mesmo essencialmente diferentes, conversem e se façam pensar não de forma isolada, mas de forma dialógica. Sem precisar que se fale, as coleções fazem pensar entre si, e revelam, não um arquivo mórbido, habitado por caixas e mais caixas empoeiradas e semanticamente divididas, onde uma existiria isoladamente em relação à outra, separadas. Aqui, ao contrário, se configura um arquivo-vivo, um desejo de memória (Derrida, 2001), tal como foi refletido com Bruno e Samain (2016), que estabelece, de forma visual, uma relação entre as coleções e as pessoas, revelando um conjunto de experiências coletivas.

Provocado por estas reflexões e provocações que emergem do pensamento de Samain e Bruno (2016), bem como os pelos apontamentos em relação ao arquivo trazidos por Derrida (2001), e talvez tentando de alguma forma compreender esse ato cognitivo proposto pelos autores, de se deixar mergulhar nos pensamentos das imagens, tal como uma viagem psíquica à esse passado imaginado, construí um pequeno esquema visual que busca compreender como essas coleções estabelecem trocas, entre si. Existiria, portanto, um processo visual interessante, aquele das imagens presentes em cada coleção, que intercambiam experiências com outras imagens, e constroem uma imagem que compreende as duas coleções, um mosaico; e o mediador desse processo cognitivo é o corpo do pesquisador, que tentar ler, reler, pensar e se deixar pensar por essas coleções.



A partir do esquema acima, avançamos no sentido de pensar o arquivo, e consequentemente, a própria imagem, como um sistema de pensamento, isto é, cada imagem seria um pensamento em si, mas que também ativa e faz associações com outras imagens/pensamentos, formando assim, um sistema. Para isso, busquei construir esse esquema como uma rede de pensamentos interconectada, na qual imagens se cruzam com outras imagens, revelando um ato cognitivo, um mosaico maior que extrapola as próprias coleções organizadas separadamente, numa constituição viva e não-verbal do que concretiza a experiência comum dos atingidos por barragem em seu deslocamento territorial. Assim, essas imagens dizem respeito a uma experiência específica, a do deslocamento territorial, mais especificamente, estamos diante de imagens fotográficas que descrevem o processo de

alagamento territorial causado pela construção da Barragem Argemiro Dantas em duas comunidades localizadas na Paraíba: Cajá e Pedro Velho.

As linhas mais claras compreendem um exercício de associação, para isso, o pesquisador separou 4 fotografias da comunidade do Cajá, e outras 4 fotografias da comunidade de Pedro Velho, totalizando um total de 8 fotografias.

Essa seleção buscou traçar linhas e paralelos, assim, ao olhar para uma imagem específica da coleção do Cajá, sem consultar a outra coleção, busquei uma associação imediata, ou seja, qual fotografia da outra coleção me evocava essa mesma imagem. Assim, as linhas claras no esquema, dizem respeito a este processo, no qual uma imagem de uma coleção evoca uma outra imagem de outra coleção diversa, e assim por diante. As linhas mais escuras expõem, por sua vez, a quais coleções essas fotografias estão associadas, sendo: Comunidade do Cajá, e no canto inferior: Comunidade de Pedro Velho.

Com isso, busquei, mesmo que a partir da minha subjetividade enquanto pesquisador, e não como "atingido", demonstrar por meio desse esquema, como essas coleções fotográficas estabelecem em seu entorno, uma rede de associações, mesmo que produzidas sob contextos diferentes, uma vez que se tratam de duas comunidades diferentes, com complexidades e singularidades específicas e próprias de cada realidade territorial e cultural que lhe corresponde. Mas que perfazem um "imaginário comum", ou seja, mesmo que originalmente diferentes, as duas coleções imagéticas compreendem uma memória e experiência compartilhadas coletivamente, a de deslocamento territorial forçado pela construção da Barragem Argemiro Dantas (Acauã) no Estado da Paraíba.

4. Pesquisa Etnográfica com Imagens: antropologia visual, foto-elicitação e movimento de atingidos por barragens

Na última parte deste artigo, recapitulamos algumas questões teórico-metodológicas, como forma de apresentar o processo de foto-elicitação realizado durante o projeto extensionista ocorrido em 2021/22 intitulado "Plataforma digital e acervo fotoetnográfico: memória e visibilidade em uma comunidade de atingidos por barragens", orientado pela professora Dra. Lara Santos de Amorim, que diz respeito à coleção imagética (n.2) denominada Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba (MAB-PB).

O processo de foto-elicitação descrito consistiu em uma abordagem etnográfica de sete (7) fotografias que estão acompanhadas dos relatos/falas de Osvaldo Bernardo, coordenador do MAB-PB, importante interlocutor da pesquisa. Estes relatos foram transcritos

literalmente a partir do material audiovisual gravado em 2021 durante os encontros/reuniões com as representações, moradores e lideranças do MAB-PB e comunidades atingidas pela Barragem Argemiro Dantas (Acauã), os quais foram transcritos durante a realização do trabalho de conclusão de curso do pesquisador, em 2022 e 2023.

Deste modo, o material consiste em uma importante articulação entre as memórias visuais de Osvaldo Bernardo e o processo de mobilização política do Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba. Ao observar as fotografias, para além de uma memória individual, Osvaldo acionou memórias coletivas, ao narrar a experiência do movimento social, assumindo assim, o lugar de guardião das memórias do Movimento de Atingidos por Barragem, em suas mobilizações, ocupações e reivindicações. Tratava-se da memória da pessoa Osvaldo Bernardo, mas também da história de um movimento social cuja identidade política se constituiu em torno da denúncia e da resistência de comunidades ribeirinhas atingidas por barragem no Estado da Paraíba.

Para isso, foi utilizada a foto-elicitação (Collier, 1973), método que consiste em realizar entrevistas utilizando fotografias. Collier (1973) enfatiza que propor uma metodologia que parta da imagem fotográfica faz com que se diminua a tensão no campo pesquisado, uma vez que há uma alteração de um quadro tradicionalmente explicativo, onde se faz perguntas para que os interlocutores respondam. Para se criar um quadro mais dinâmico com a fotografia, os interlocutores tornam-se guias experientes, que conduzem o pesquisador pelos dados e informações contidos na imagem fotográfica (Collier, 1973). Assim, as imagens:

> (...) tornam-se elementos que orientam a conversa e permitem que você extraia os interesses e entusiasmos de seu informante. O tema da entrevista não é verbalmente estabelecido, e porque o feedback fotográfico cria um estado de consciência e evoca sentimentos emocionais, as fotografias fazem testes sem palavras que conduzem a entrevista ao núcleo de sua pesquisa. (Collier, 1973, p. 69).

Entendendo, a partir de John Collier Jr. (1973), que a utilização de fotografias no trabalho etnográfico permite que se acesse sentimentos, emoções e experiências subjetivas do interlocutor, uma vez que oferece um quadro mais dinâmico e vivo com as suas memórias. Neste sentido, ao longo da pesquisa, solicitamos que Osvaldo Bernardo cedesse imagens fotográficas do MAB-PB, tanto para serem arquivadas no acervo do projeto, bem como para propor a prática metodológica da foto-elicitação.

Com isso, buscou-se compreender aquilo que Fabiana Bruno chamou de "fotobiografias", entendendo a fotografia "(...) não como um mero objeto, mas como um "acontecimento" – ora epifania, ora fenômeno no sentido etimológico das palavras –, um

campo de forças que se cruzam e um sistema de relações que coloca em jogo diferentes instâncias enunciativas (o verbal), figurativas e perceptivas (o visual).” (Bruno, 2010, p. 30). Nesse sentido, a autora entende que a memória anunciada na fotografia, a partir do guardião daquela memória (no caso de sua pesquisa, os interlocutores eram pessoas idosas), se expressa a partir de um processo mnemônico sobre a imagem fotográfica, ou seja, um processo de construção ativo, uma montagem de um filme que não é mais aquele vivido, mas uma reconstrução de um passado imaginado pela/a e a partir das fotografias.

A partir desses princípios metodológicos buscou-se encarar a imagem como o ponto gênese/pulsão da experiência mnemônica, assim, durante essas entrevistas com as fotografias, não foram realizadas perguntas objetivas sobre elas, mas estas eram exibidas, projetadas e aproximadas através de zoom digital. Partindo desse diálogo com a iconicidade das fotografias, os interlocutores iam lembrando/relembrando o que as fotografias falavam, revelavam e faziam pensar. As perguntas eram realizadas livremente, e tinham um caráter mais pontual em relação ao que estava sendo agenciado pela imagem fotográfica. Por exemplo, durante o relato registrado sobre as fotografias n.7 e n.3 da coleção n.2 (No presente trabalho, estão indicadas respectivamente como Imagens 15 e 11, abaixo), Osvaldo Bernardo comenta sobre o Kit Militante. Pergunta-se então quem tinha fornecido e quem recebia o kit, ficando claro, neste caso, que as perguntas realizadas pelos pesquisadores tinham o intuito de esclarecer ações e fatos passados, para aqueles que não concebiam a mesma agência sobre o objeto fotográfico, sendo assim uma forma de elucidação de questões que estavam sendo evocadas no diálogo estabelecido a partir do processo de foto-elicitação.

Refletindo a partir de Walter Benjamin (1994); Alfred Gell (2022); Etienne Samain (2006; 2012; 2014; 2016) e Fabiana Bruno (2004; 2006; 2010; 2016; 2019), para pensarmos tanto a qualidade da imagem fotográfica, como as questões relativas aos arquivos vivos e às imagens-pensantes, propomos uma leitura mais atenta sobre as imagens fotográficas apresentadas no final deste artigo.

Benjamin (1994) compreende que a distinção entre magia e técnica está enraizada não em princípios místicos e pragmáticos de cada conceito semântico, mas está relacionada à uma apropriação da magia pela técnica, portanto, não se tratam de conceitos excludentes. Nesse sentido, em um momento pré-tecnológico imprimia-se sob a produção técnica/artística, uma aura simbólica. Refletindo sobre um dos exemplos trazidos por Benjamin (1994) para a compreensão deste problema, lembramos que a fotografia em seus primórdios estabelecia uma certa relação mágica com seus observadores, produzindo um objeto único e singular, uma alquimia da luz.

Entretanto, continua Benjamin (1994), a partir do desenvolvimento da técnica fotográfica, ela se tornou amplamente difundida, intensa e extensamente reproduzida, o que fez com que perdesse sua unicidade e singularidade, seu encantamento e aura simbólica. Portanto, se durante o primórdio da fotografia ela era vista como uma "arte de feira", a partir de seu desenvolvimento tecnológico e reprodutibilidade técnica, torna-se banal, na qual não reside uma experiência artística e cultural plena ou total, mas uma experiência fragmentada e distraída. Ele alerta para o fato de que, no contexto capitalista-industrial, as pessoas consomem informações, imagens e arte de uma forma completamente descontextualizada e fragmentada, não se envolvendo com a experiência de estabelecer uma relação com o objeto reproduzido nas imagens consumidas (Benjamin, 1984).

Assim, considerando o que Benjamin (1994) definiu como *inconsciente ótico*, com o advento da câmera fotográfica, torna-se possível capturar detalhes e momentos efêmeros da realidade experienciada com precisão técnica, mesmo sem a intenção consciente do fotógrafo. Podemos também entender esse *inconsciente ótico* no contexto da recepção da imagem fotográfica, e pensá-la enquanto algo vivo, que articula sobre si, não tão somente um referente, mas segredos, ruínas e camadas que existem como uma possibilidade de reminiscência.

Neste sentido, partindo da proposta de Alfred Gell (2020) de compreender o conceito da agência no que diz respeito às imagens fotográficas, caminha-se para um direcionamento similar àquele que nos propõe Benjamin (1994), ao refletir sobre a noção de *inconsciente ótico* da imagem fotográfica. Gell entende a agência social como sendo "[...] iniciadora de sequências causais de um determinado tipo, ou seja, de eventos causados por atos da mente, da vontade ou da intenção, e não de uma mera concatenação de eventos físicos. Um agente é aquele que "faz com que os eventos aconteçam" (aspas do autor) em torno de si" (Gell, 2020, p.45).

Portanto, se for possível pensar a agência social que o objeto fotográfico estabelece, esta não seria algo dado ou intrínseco ao próprio objeto, mas se constituiria a partir de um processo de abdução do sujeito, a partir de sua interpretação/experiência em relação ao objeto/coisa (Gell, 2020), ou em termos benjaminianos, seria um mergulho no inconsciente ótico da imagem fotográfica, a partir de uma relação mágica com o objeto, se constituindo uma possibilidade, uma reminiscência que revela as centelhas do acaso, do segredo, das ruínas soterradas por outras imagens/narrativas hegemônicas, que dão espaço para a possibilidade de reaver um passado a contrapelo, um passado que se aloja no fundo do papel pintado à luz.

As imagens fotográficas apresentadas a seguir deram origem às narrativas orais de Osvaldo Bernardo que apresentam os processos de mobilização política do MAB-PB e as ocupações e passeatas realizadas pelo movimento social. Trata-se das fotografias que foram projetadas durante um encontro remoto que ocorreu de forma síncrona, a partir da plataforma Google Meet. Durante essa experiência, ocorria constantemente um movimento de zoom digital, que aproximava e distanciava os elementos referentes da imagem fotográfica disposta. Neste processo, podemos sugerir que narrativas orais, lembranças e memórias que se alojam na fotografia, revelaram-se por um processo de abdução, ou seja, a partir de uma relação de agenciamento estabelecido pela imagem fotográfica.

Como exemplo, observemos as fotografias n.2 (Imagem n.10) e a fotografia n.5 (Imagem n.13) da coleção denominada Movimento de Atingidos por Barragens - PB. Durante a foto-elicitação com essas imagens fotográficas, criamos uma dinâmica interessante, uma vez que elas estabelecem entre si uma certa continuidade e complementaridade, se tratando de duas fotografias que registram um mesmo tempo cronológico, que diz respeito à primeira ocupação realizada pelo Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba. Nesse momento, a fotografia n.2 (Imagem n.10) exibe uma barraca, referencialmente a fotografia é apenas composta por um militante do movimento deitado descansando em sua barraca de lona preta, enquanto do lado esquerdo, avista-se um pequeno pedaço de outra barraca, que dedutivamente estava ao lado daquela que foi documentada.

Pensemos agora, o que essa imagem nos diz objetivamente? Pouca coisa, mas a partir do processo de abdução do interlocutor, estabelece-se um processo de agenciamento a partir da imagem fotográfica, assim, mesmo que o referente da fotografia não nos diga muito, a partir do processo de foto-elicitação é possível que o interlocutor mergulhe nesse *inconsciente ótico* da fotografia, tal como proposto por Benjamin (1994). A partir disso, Osvaldo Bernardo reconstrói em palavras todo o processo de construção e organização da primeira ocupação do MAB-PB que ocorreu em 2009, a partir da visualização desta imagem fotográfica foi possível acessar as memórias de como aconteceu a organização da mobilização política, incluindo a atuação dos movimentos sociais do campo que estavam junto ao MAB em apoio a luta pela reforma agrária e pelo reassentamento das famílias atingidas por barragens.

Bem como o número de famílias articuladas aos movimentos sociais que participaram ativamente do processo de ocupação e reivindicação política, o período de tempo que permaneceram na localidade, e os conflitos que permearam durante toda a movimentação políticas pela garantia dos direitos sociais, como a reocupação de posse no local após dois

longos meses de ocupação e resistências das famílias. Fica claro, portanto, que para além do seu referente, aquilo que a fotografia objetivamente cria enquanto representação da realidade, ela faz com que se estabeleça a partir um processo de agenciamento, uma mobilidade a partir da qual o sujeito aciona às memórias coletivas, nesse caso específico, das reivindicações, processos de ocupação e mobilização política do movimento social organizado.

Já na fotografia n. 5 (Imagem n. 13), avistamos no centro da fotografia uma faixa grande com os dizeres "Águas para vida, não para a morte", ao fundo da faixa, avista-se o acampamento organizado pelo Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba, na parte superior da fotografia, onde avistamos o céu, observamos três mastros, dois deles maiores, e um com uma altura menor. É possível identificar três bandeiras, duas delas brancas, e uma vermelha. Entretanto, pelo acaso do destino não é possível ver plenamente a bandeira, pois face o movimento do vento, não aparece de frente, e sim se movimentando, o que torna difícil a identificação plena e total do que se trataria as bandeiras.

Entretanto, a partir dos relatos orais de Osvaldo Bernardo é possível identificar do que se tratava às bandeiras, sendo a vermelha a do MST, Movimento Social que apoiou profundamente o MAB-PB durante a primeira ocupação, uma vez que como relatado por Osvaldo Bernardo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não foi quem realizou a ocupação, garantindo ao Movimento de Atingidos por Barragem sua própria autonomia e visibilidade pela ação política. Entretanto, o que é construído a partir das imagens fotográficas são às relações, alianças e reciprocidade que é estabelecida entre os Movimentos Sociais do Campo, demonstrando às formas de articulação políticas que é estabelecido no interior dos movimentos, e entre os diferentes movimentos sociais.

Nesse momento, por exemplo, como nos lembra Osvaldo Bernardo, a presença do MST na primeira ocupação do MAB-PB é simbólica, na medida que se constitui como um momento de troca e aprendizado, uma vez que face a falta de experiência do MAB-PB na época, em realizar ocupações, veio um dirigente do MST para ajudar, em relação à organização da ocupação, entretanto, a grande massa de pessoas presentes eram do MAB-PB. Este processo específico com a imagem fotográfica, para além de mostrar as articulações políticas, e os processos de organização de mobilizações políticas e sociais, demonstram os processos de solidariedade e troca que existem entre os movimentos sociais, a partir de uma perspectiva de construção coletiva e contínua para promover a transformação social, e reivindicar direitos.

Antes de apresentar as imagens fotográficas, faço uma observação importante que pode ser apreendida a partir de imagens dos dois exemplos citados acima, em especial na

fotografia n. 2 (Imagem n. 10). Durante o processo de transcrição sobre o material audiovisual gravado nos contextos de foto-elicitação, optou-se por assinalar os momentos espontâneos da fala, como: interrupções, gaguejos, confusões e autocorreções do interlocutor, uma vez que compreende-se que o trabalho mnemônico, e consequentemente o processo do "lembrar", como um momento que é influenciado e construído pelo presente, e habitado pelo esquecimento, diante disso, o ato de relembrar exige um esforço, sobretudo imaginativo, explorando os movimentos e imagens que habitam nossas lembranças e nosso imaginário.

A seguir, procuramos sistematizar as 07 fotografias e os respectivos relatos orais de Osvaldo Bernardo, a partir do exercício de foto-elicitação realizado em 2021. As imagens dizem respeito à coleção n.2 do acervo do projeto, constituído a partir dos projetos extensionistas *PROBEX 2020 - O uso da fotoetnografia em uma plataforma digital* e *PROBEX 2021 - Plataforma digital e acervo fotográfico,* ambos orientados por Lara Amorim, nos quais Bernardo Tavares atuou como bolsista pesquisador entre os anos de 2020 a 2022. A coleção que reúne as seguintes fotografias é intitulada de "Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba".

Fotografia 1 - Coleção Etnográfica n.2

Osvaldo Bernardo:

> **Essa foto aí, ela foi de 2004, e (pausa espontânea) fizemos uma marcha de Campina Grande para João Pessoa com a via campesina, e (pausa para relembrar o título) com o título "Brasil, a mudança em nossas mãos". A gente saiu de Campina Grande, percorrendo o brejo paraibano, aqui por Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Emilio, Esperança, Areia, aí fomos passar em Alagoa Grande, Alagoinha, Cuitegi, Araçaji, aí chegamos em Guarabira, aí seguimos pra Mari, Sapé, e a gente chegou até João Pessoa, né. E nessa época o governo era (pausa para lembrar) era (do governador) Maranhão, aí a gente botou essa frase aí "O Governo se Omite em Resolver o Problema de Acauã, até quando?" a pergunta.**
>
> **Aí cada dia dessa marcha tinha um (uma frase). O que é a via campesina, né ? A via campesina, é (pausa) ela corresponde aos movimentos sociais do campo, aí tava o MAB, o movimento de atingidos por barragem, tava o MST, que é o movimento dos trabalhadores rurais sem terras, tava a CPT, que é a Comissão Pastoral da Terra, que na Paraíba se torna mais um movimento, não é mais uma comissão do extenso trabalho de luta permanente.**
>
> **Tava a PJR, que é a Pastoral da Juventude Rural, tava o MAE, que era mais forte em Areia, que era o movimento agroecológico, não sei se vocês conhecem o MAE, tava o MPA, que é o movimento dos pequenos agricultores. A gente tava com aproximadamente quase 300 pessoas marchando né, e o interessante foi um aprendizado muito grande (pausa), a gente tinha uma equipe de marchantes, pra marchar nas brs, um carro de som, o carro de som só funcionava na cidade, a gente denunciando em marcha, em fileira indiana, e quando chegava tinha uma equipe, uma equipe da marcha para preparar alimentação. Quando saímos de Campina Grande tinha uma equipe em Lagoa Seca pra ficar no ginásio para providenciar almoço, tinha uma equipe pra fazer uma articulação nas escolas, para explicar o porquê da marcha, quem estava marchando, quem era o marchante.**

Imagem 09: Marcha realizada em 2004, intitulada "Brasil, a mudança em nossas mãos", com o objetivo de manifestar indignação em relação à construção da barragem de Acauã. A marcha percorreu o brejo paraibano, passando pelos municípios de Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Emilio, Esperança, Areia, Alagoa Grande, Alagoinha, Cuitegi, Araçagi, Guarabira, Mari, Sapé, e João Pessoa. Participaram da marcha vários movimentos sociais como a Via Campesina, o MST, o MAB-PB, CPT, PJR, MAI e MPA. **Fonte:** Acervo Pessoal de Osvaldo Bernardo - Acervo do Projeto (2021)

Fotografia 2 - Coleção Etnográfica n.2

Osvaldo Bernardo:

Essa foto ai foi da nossa primeira ocupação do MAB pela luta da reforma agrária, pela luta do reassentamento, essa foto aqui, essa primeira ocupação foi no dia em 3 de maio de 2009, foi, a gente fez essa ocupação, porque a gente sempre tava na luta com Via campesina, com MAB, MST, e outros movimentos, e aí 5 anos (o interlocutor confundiu rapidamente a temporalidade, mas rapidamente corrigiu), aí 7 anos de luta, aí disseram "Osvaldo vocês só vão conseguir a luta pela terra, um reassentamento, se tiverem coragem de fazer alguma ocupação".

Ai fizemos essa ocupação no dia 03 de maio de 2005 (confundiu mas rapidamente corrigiu para 2009) e foi uma jornada de luta a nível nacional, teve a luta pelo primeiro de maio, que era o dia do trabalhador né, a gente fez essa luta no Brasil todo, com os movimentos sociais do campo, o MST no dia primeiro de maio fez a ocupação em pocinhos, é (...) nós fazemos a chamada cabeça de boi, e a gente fez no dia 3 de maio aqui, com aproximadamente umas 200 pessoas, 200 famílias, fizemos no dia 3, ai a gente fez essa marcha aí, passamos ai quase 2 meses, teve uma reintegração de posse, essa ocupação de terra foi lá em Itatuba, no Sítio de Itatuba, ela pertencia ao grupo Mascate, se vocês pesquisarem quem é esse Mascate, a história mostra isso né, a guerra dos Mascates ali em Pernambuco, eles chegaram aqui (na Paraíba) nesse momento, e com o tempo eles passaram a ser latifundiários, e no início eles eram, eles trabalhavam com (gaguejou), com tecelagem né, então é um pouco disso aí, dessas duas fotos.

Imagem 10: Primeira ocupação do Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba aconteceu em Maio de 2009. O acampamento ocorreu na fazenda Mascate, contando com a presença simbólica do MST, que auxiliou o MAB-PB na ocupação e instalação do acampamento. **Fonte:** Acervo pessoal de Osvaldo Bernardo - Acervo do Projeto Extensionista (2021).

Fotografia 3 - Coleção Etnográfica n.2

Osvaldo Bernardo:

Essa é (referente ao) de dia alternado, se você observar os marchantes são diferentes na (gaguejou), quem tá na frente, são dias alternados, se você observar, olha, primeiro tem um moreninho a direita, a faixa é diferente "até quando?"(diz respeito a fotografia n 01), e a outra que você colocou (se refere à fotografia n. 2 da coleção) já é a gente, a gente já tá em outro dia de marcha, só que a gente muda né, cada dia de marchante, cada movimento, ele puxava a marcha, um dia o MAB puxava a marcha e ia na frente, um dia era o MST, um dia era a CPT. Se você observar essa marcha bem ali atrás, quem tá sou eu, aqui atrás, do lado direito segurando aquela faixa vermelha, ali atrás, ali sou eu ! Essa foto, quem registrou foi *Maria de Fátima Lucena*, que era, era uma companheira nossa que fazia parte do movimento, que hoje ela também não tá mais presente, mas ela foi quem fez esse registro da foto com as nossas máquinas fotográficas.

Imagem 11: Marcha realizada em 2004, intitulada "Brasil, a mudança em nossas mãos", com o objetivo de manifestar indignação em relação à construção da barragem de Acauã. A marcha percorreu o brejo paraibano, passando pelos municípios de Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Emilio, Esperança, Areia, Alagoa Grande, Alagoinha, Cuitegi, Araçagi, Guarabira, Mari, Sapé, e João Pessoa. Participaram da marcha vários movimentos sociais como a Via Campesina, o MST, o MAB-PB, CPT, PJR, MAI e MPA. **Fonte:** Acervo Pessoal de Osvaldo Bernardo - Acervo do Projeto (2021)

Fotografia 4 - Coleção Etnográfica n.2

Osvaldo Bernardo:

Essa aqui à esquerda é a minha mãe, se vocês observarem a primeira à esquerda, é a minha mãe, Maria Tereza Batista da Silva, é… isso foi em João Pessoa, lá no bairro onde o Incra fica em João Pessoa, é Bancários, eu não sei o nome desse bairro, isso, a gente fez uma marcha junto com MST aí em João Pessoa, saindo do Incra pra cidade, pra fazer a denúncia né… da luta pela reforma agrária como tava parado. A gente pediu que fizessem o cadastramento das famílias que estavam ocupando a fazenda né, Mascate lá em Itatuba.

Imagem 12: Marcha realizada pelo MAB-PB e o MST, em João Pessoa. Acervo Pessoal de Osvaldo Bernardo - Acervo do Projeto (2021).

Fotografia 5 - Coleção Etnográfica n.2

Osvaldo Bernardo:

Essa aí, essa aí é a mesma da ocupação do dia, quando tava o (...) no dia 10 de maio quando a gente fez aqui, organizou o acampamento na fazenda mascate, que é o grupo Mascate que tomava conta. Aqui são 600 hectares de terra, que era chamada de "fazenda volta" no município de Itatuba, aqui se vocês observarem era um reunião, que a gente tava fazendo uma assembleia na frente, aí a gente colocou essa faixa aqui, aí tivemos essa preocupação de bater essa foto pra identificar que realmente era o movimento de atingidos que tinha feito essa ocupação, a primeira ocupação do MAB na Paraíba foi no dia 03 de maio de 2009.

{AO SER PERGUNTADO SOBRE A PRESENÇA DO MST NA OCUPAÇÃO}

É, eles estavam, mas eles tavam só simbolicamente, porque a gente não tem experiência na ocupação

{FALA SOBRE A PRESENÇA DO MST NA OCUPAÇÃO}

A ocupação de massa é do MAB, isso aí era um dirigente do MST, que a gente não tinha experiência em como fazer essa ocupação, aí (ele) veio para nos ajudar, mas a massa que está aí é do MAB.

Imagem 13: Primeira ocupação do Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba aconteceu em Maio de 2009. O acampamento ocorreu na fazenda Mascate, contando com a presença "simbólica" do MST, que auxiliou o MAB-PB na ocupação e instalação do acampamento. **Fonte:** Acervo pessoal de Osvaldo Bernardo - Acervo do Projeto Extensionista (2021).

Fotografia 6 - Coleção Etnográfica n.2

Osvaldo Bernardo:

> **Essa aqui já foi em outro protesto que a gente fez também, agora a data eu não to lembrado, se você observar bem, lá trás tem a questão sobre quem foi junto (gaguejou), se vê que a gente sempre fazia luta junto, o MAB e o MST, olha (apontando para foto, as imagens dos movimentos sociais) o MST, o MAB, "não à privatização da água e energia, água é fonte de vida " né. A gente queimou uns pneus ai pra fechar, éé é isso foi, isso foi em Esperança, em Remijo, por ali, agora a data eu não to lembrado muito direitinho não, tenho que olhar.**

Imagem 14: Marcha de protesto ocorrida em Esperança e Remijo, localizadas no Estado da Paraíba. O protesto denunciava e protestava contra a omissão do governo do Estado em relação à construção da Barragem de Acauã, bem como a privatização de água e energia. Participaram desse protesto movimentos sociais como o MAB-PB, MST e a Via Campesina - Brasil. **Fonte:** Acervo pessoal de Osvaldo Bernardo - Acervo do Projeto (2021).

Fotografia 7 - Coleção Etnográfica n.2

Osvaldo Bernardo:

> **Essa daqui também é de dia diferente, a gente fez um fechamento na BR-230, aqui, próximo à queimadas, uma cidade chamada Zé velho, que até a imprensa colocou que era o MAB, as famílias de Zé Velho, porque aí ao lado tem uma comunidade chamada Zé Velho, e a nossa comunidade é Pedro Velho né, os atingidos. Aí o repórter, você vê a noção do repórter, o cara pega as coisas tão rápido, e a gente que observa os erros que eles cometem, a gente tava aqui nesse dia, protestando sobre a segurança no campo, que o Estado desse as mínimas condições para que os camponeses permaneçam no campo em relação a segurança pública, aí também tava o MAB, o MST.**

A partir dessa imagem específica (n.7 da coleção), desencadeia-se um processo de retorno a outra imagem (n.3 da mesma coleção), que foi gerado a partir de perguntas e questionamentos durante a foto-elicitação. Nesse momento, altera-se durante a exibição, a fotografia n.7 da coleção n.2 para a fotografia n.3 da coleção n.2:

> **Cada militante que estava marchando tinha que ganhar uma bolsinha, atrás dá pra ver que todo mundo tá com uma bolsinha preta pra levar o kit do militante.**

Ao ser interrogado sobre quem teria dado o kit ao MAB, Osvaldo Bernardo responde:

> **Foi a via, a via campesina, a gente se juntou né, nós se juntamos e fomos fazendo, pedindo cota e ajuda, o pessoal contribuiu e fomos marchando né, cada marcha era**

um desafio, a gente só tinha que marchar naquele dia de alimentação, chegava naquela comunidade, naquele município, ia na prefeitura, se articulava com a comunidade, nas escolas. E chegamos numa escola pública à noite, pra vocês terem ideia do conservadorismo da Paraíba, um diretor não quis abrir as portas da escola pra gente dormir, nós fomos obrigados a quebrar o cadeado pra entrar na escola pra poder dormir. No outro dia, nós compramos um cadeado e botamos lá na escola, a ideia era dormir na escola, já que a escola não tinha aula no dia seguinte, a gente esperou terminar a aula a noite, pra apenas se alojar pra dormir. Aí chamaram a polícia lá, a polícia ficou lá distante, e aí a gente quebrou o cadeado, entrou todo mundo, deixamos tudo organizado no outro dia, antes de sairmos em marcha, fomos comprar um cadeado, colocamos o cadeado e fomos embora.

Imagem 15: Marcha realizada em 2004, intitulada "Brasil, a mudança em nossas mãos", com o objetivo de manifestar indignação em relação à construção da barragem de Acauã. A marcha percorreu o brejo paraibano, passando pelos municípios de Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Emilio, Esperança, Areia, Alagoa Grande, Alagoinha, Cuitegi, Araçagi, Guarabira, Mari, Sapé, e João Pessoa. Participaram da marcha vários movimentos sociais como a Via Campesina, MST, MAB-PB, CPT, PJR, MAI e MPA. **Fonte:** Acervo Pessoal de Osvaldo Bernardo - Acervo do Projeto (2021).

Considerações Finais

Este artigo resulta do esforço em organizar os resultados da pesquisa do TCC do autor realizada em 2023 e de duas edições do projeto de pesquisa de extensão realizadas entre 2020 e 2022 com um acervo fotográfico digital de atingidos por barragem, tal como exposto na introdução. A coautoria do artigo se dá por meio da interlocução entre a orientadora do projeto de extensão e do TCC e o pesquisador, que trilhou uma investigação teórica original e explorou autores que deram subsídio a uma reflexão sobre fotografia, acervo e memória no contexto da Antropologia Visual, ampliando teórica e metodologicamente a abordagem sobre o estatuto da imagem na pesquisa antropológica.

Buscamos, por meio da apresentação deste material visual e oral organizado, discutir a potencialidade da imagem fotográfica como um dispositivo mnemônico singular, apontando as possibilidades e usos da fotografia a partir de uma gestão sensível e polifônica sobre os arquivos imagéticos, tomados como documentos. Neste sentido, as fotografias permitiram um processo de agenciamento (Gell, 2020) das memórias, sensibilidades e afetos dos interlocutores, desencadeando não uma forçosa volta à um passado estático, mas um processo mais orgânico de rememoração, no qual as temporalidades se confundem e guardam no interior de cada imagem, uma memória em suspensão, um lugar de liminaridade (Turner, 1974), um desejo de memória (Derrida, 2001), um processo sensível de reconstrução do passado, a partir de tudo aquilo que o passado envolve, inclusive o presente.

Observemos o caso da fotografia n.1 (Imagem n. 09), quando o interlocutor reconstrói passo a passo uma mobilização política que ocorreu há quase vinte anos. A fotografia em questão retrata apenas um trecho do caminho percorrido, e aquele trecho específico não é o que é agenciado, não se trata daquele lugar físico-geográfico específico, mas da possibilidade da fotografia desvelar uma teia de relações sociais que estavam sendo construídas e fortalecidas pelos movimentos sociais do campo. Durante o processo de rememoração foram relatadas as motivações para a mobilização/ato em questão, e foi construído por Osvaldo Bernardo um mapeamento das trajetórias e relações que o movimento estabeleceu em cada cidade, bem como o nome de cada cidade visitada. Para além da fotografia, aquela que condena a morte do referente (Barthes, 2018), foram articuladas aqui outras imagens, aquelas que habitam o imaginário de um interlocutor, enquanto uma possibilidade de reminiscência.

Portanto, a partir da apresentação do material visual, oral e da contextualização da análise de sete fotografias de um vasto acervo fotográfico, buscamos com o presente artigo, avançar em uma reflexão sobre as possibilidades de gestão de acervos e coleções imagéticas

a partir do trabalho etnográfico. De modo a compreender uma forma de gestão mais sensível ao sujeito histórico da memória, promovendo um lugar de memória (Nora, 1993) para populações historicamente silenciadas por uma memória oficial, tomando, portanto, a imagem fotográfica enquanto documento e testemunho de violações de direitos humanos (Di Pietro, 2016). Bem como procuramos evidenciar as memórias dos grupos atingidos e suas formas de organização, reivindicação, luta e resistência política, e suas respectivas conquistas e mobilizações ao longo do tempo.

Ademais, discutimos os conceitos de memória, imagem e arquivo, no sentido de compreender como a imagem pode ser entendida enquanto um dispositivo mnemônico, sendo acionada enquanto um documento que, ao ser apreendida como uma prática sensível na gestão e organização de acervos e coleções etnográficas, se apresenta como testemunho e prova das violações de direitos humanos. Dessa forma, a incorporação da fotografia como evidência e documento pode desempenhar um papel significativo nos esforços de luta e resistência dos movimentos sociais organizados.

Nesse contexto, é essencial reiterar o papel da imagem no acesso às memórias dos interlocutores da pesquisa, uma vez que as imagens desempenham um papel fundamental não apenas como ferramenta de pesquisa, mas também como ponto de partida para o ato cognitivo de reconstrução mnemônica. As fotografias que foram exploradas ao longo do presente trabalho, revelaram a notável capacidade de evocar memórias, emoções e sentimentos nos interlocutores. Entende-se, a partir dos autores aqui considerados, a imagem fotográfica enquanto um fenômeno (Samain, 2012) que faz com que, em torno de si, se mobilizem emoções, sentimentos, esquecimentos e memórias, tomando as imagens fotográficas como “arquivos vivos” (Samain; Bruno, 2016). Devemos vê-las enquanto um possibilidade de reminiscência, de escavar o passado a contrapelo (Benjamin, 1994) ou como proposto por Derrida (2001), como um desejo de memória.

A imagem fotográfica pode ser entendida, no contexto desta análise, enquanto um agente social capaz de desencadear ações, emoções e relações sociais entre o objeto fotográfico e as pessoas/receptores. Partindo de Alfred Gell (2020), a agência não estaria intrinsecamente ligada aos objetos, no caso da imagem fotográfica seria construída através do processo de "abdução", em que o observador/sujeito atribui agência à imagem fotográfica. Buscou-se deste modo, apresentar como a imagem entendida enquanto agente social, bem como um testemunho e documento, oferece um lugar privilegiado para o trabalho etnográfico com a memória, coleções e acervos imagéticos.

Em síntese, a prática etnográfica com imagens e acervos aqui apresentada entende a fotografia como um dispositivo mnemônico e ferramenta necessária e fundamental, em seus usos e possibilidades, para a pesquisa e reflexão antropológica. Percebermos a imagem como um testemunho vivo do passado, que nos oferece, para utilizar terminologias benjaminianas, uma possibilidade e um poder messianico de redimir as vítimas de um passado-presente oprimido. Reconhecendo, assim, que o trabalho mnemônico sempre ocorre no presente, cabendo a nós revelarmos camada por camada dessas folhas de papéis pintadas à luz. Destaca-se, por fim, a importância de se compreender a etnografia como um lugar sensível para pensar e refletir sobre os usos e gestões de imagens, para além de um paradigma de produção indiscriminada de imagens, mas estimulando uma prática sensível e polifônica de pensar as formas de gestões sobre as imagens fotográficas, enfatizando o que elas podem nos falar, e como podem pensar e agir, enquanto fenômeno particular.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *A Câmera Clara:* nota sobre a fotografia. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BARBOSA, Givanilton de Araújo. *Imagens e memórias de atingidos por barragem*: contribuições para políticas públicas sociais no reassentamento Cajá de Itatuba – PB. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, João Pessoa, 2021. Orientador: João Martinho Braga de Mendonça.

_____. *Educação Ambiental Crítica:* experiência em escola de um reassentamento de atingidos por barragem na Paraíba. Orientador: Prof.ª. Dr.ª. Maristela Oliveira de Andrade. 2017. 92 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BIRMAN, J. Arquivo e mal de arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. *Natureza humana*, 10(1), 105-128. São Paulo, SP. 2008.

BRUNO, Fabiana. Fotobiografia: por uma metodologia da estética em antropologia. *RESGATE*, n. 19, p. 27-45, Jan./Jun. 2010.

_____. "Retratos da Velhice. um duplo percurso: metodológico e cognitivo". *RESGATE*, v. 13, p. 177-184, 2004.

_____. "Potencialidades da experimentação com as grafias no fazer antropológico: imagens, palavras e montagens". *TESSITURAS*, Pelotas, RS, v. 7, n. 2, Jul./Dez 2019.

_____. "Fotografias órfãs e insurgências supervivências dos arquivos de imagens. *ICHT*, n. 3, 2019.

BRUNO, Fabiana; SAMAIN, Etienne. Imagens de velhice, imagens da infância:: formas que se pensam. *Cad. Cedes,* Campinas, SP, v. 26, n. 68, Jan./Abr 2006.

_____. "Como pensar e fazer pensar um arquivo fotografico: uma dupla experiência". *Revista Visagem*, Belém, v. 2, n. 1, p. 93-116, jan-jun 2016.

COLLIER, JR, John. *Antropologia Visual:* a fotografia como método de pesquisa. São Paulo: EPU, 1973. cap. VI.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo:* uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Conexões, 2001.

DI PIETRO, Laila Figueiredo. Reflexões sobre fotografia, arquivo e direitos humanos. *Revista Photo e Documento*, n. 1, 2016.

GELL, Alfred. *Arte e Agencia:* uma teoria antropologica. São Paulo: Ubu Editora, 2020, 400 pp.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História, *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo (10), Dez. 1993.

OLIVEIRA, F. G.; SOUSA, A. M.; BARROS JÚNIOR, G.; NASCIMENTO, M. F. *Luta pela reconquista da cidadania em Acauã, na Paraíba.* In I ECBS (Primeiro Encontro Ciências Sociais e Barragens). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 08 a 10 de junho de 2005.

RELATÓRIO, CDDPH. Comissão Especial "Atingidos por Barragens", Resoluções n. 26/06; 31/06; 02/07; 05/07. Ministério Público. Brasília/DF, 2008.

RIBEIRO, Hildaíres Araújo. *A comunidade de Aguapaba:* impacto socioambiental e direitos humanos na construção da barragem de Acauã. 2015. 179f. (Dissertação de Mestrado em Recursos Naturais), Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Centro de Tecnologias e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba – Brasil, 2015.

SAMAIN, Etienne. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo. *Visualidades*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 151-164, jan-jun 2012.
_____. "Antropologia, imagens e arte. Um percurso reflexivo a partir de Georges Didi-Huberman". *Cadernos de arte e antropologia*, v. 3, n. 2, p. 47-55, 2014.
SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de "atingido" por barragens - direitos humanos e cidadania. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 06, n. 11, 2015, p. 113-140.
SANTOS, Myriam S. dos. "História, memória e esquecimento". Em *Memória Coletiva e Identidade Nacional.* São Paulo. Annablume, 2013.
SANTOS, Marcio. *LAUDO TÉCNICO 361/2018* – DPA/SPPEA, 2008.
TAVARES, Bernardo Américo B. *Imagens-vivas, rio submerso e memórias afogadas:* Uma etnografia das memórias visuais de Atingidos por Barragem na Paraíba.. Orientadora: Lara Santos de Amorim. Monografia (Graduação em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto-PB, 2023.
TURNER, Victor. *O Processo Ritual:* estrutura e antiestrutura. Petrópolis, RJ: Vozes. 1974.